PROGNÓSTICO – I
SAFRA 1983/84

AGROANALYSIS

VOLUME 7 – Nº 9 SETEMBRO DE 1983

PERIÓDICOS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

GOMES FREIRE
17 X 83
UR-RIO

BRASIL CORREIO
CR$ 002,00
M.10557
F.2107067

~~FGV-ESCOLA~~ ADM EMPRESAS SP
~~BIBLIOTECA~~ KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 1O.AND
01313 SAO PAULO SP

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

QUADRO TÉCINICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção e Pecuária
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Editoração, Arroz, Cevada, Mamona e Feijão
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Cana-de-Açúcar, Mandioca e Álcool
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Algodão, Fruticultura e Olericultura
Iracema Bouzas Pessôa
Milho, Suinocultura, Avicultura e Serviço de Cadastro
Irene Raguenet Troccoli
Oleaginsas e Trigo
Leila Tendrih de Freitas Almeida
Cacau, Café, Fumo e Moeda e Crédito
Régis Norberto da Cunha Alimandro

QUADRO DE APOIO

Secretária
Jorgina Leite Lemos
Datilografia e Composição
Damião Roberto Mattos Pinheiro
Mensageiro
José de Oliveira Melo Júnior

"Agroanalysis" é uma publicação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal

1. Agricultura – Periódicos. I. Fundação Getúlio Vargas
CDU 631 (05)

Av. Gomes Freire, 647 – 10º
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-2548 e 232-8678
20.231 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

SUMÁRIO

Páginas

Prognósticos das safras 1983/84 de

Algodão 2
Arroz 8
Feijão 13
Milho 16
Soja 22

Panorama Agropecuário

Preços no Mercado Externo . . 27
Preços no Mercado Interno . . 29
Preços Relativos 31

NOTA DA EDIÇÃO

O plantio da safra 1983/84 deverá iniciar-se em breve e, apesar das dificuldades típicas do período, algumas tendências já se delinearam. Aliás, processos anteriormente iniciados assumiram contornos mais definidos em função das próprias vicissitudes da economia do país. Com efeito, a expectativa atual quanto ao desenvolvimento do plantio indica que os agricultores serão obrigados a racionalizar ainda mais todas as decisões referentes a suas lavouras, a começar pela própria escolha do que plantar. Esta postura cautelosa deverá motivar uma expansão nas áreas de cultivo das culturas mais rentáveis, aguçando a dicotomia que separa os produtos direcionados ao abastecimento interno daqueles voltados às exportações.

Tudo indica, por exemplo, que a soja será a lavoura preferida no plantio do Centro-Sul pois, embora não tenha recebido um tratamento preferencial, no que diz respeito aos instrumentos de política agrícola, suas cotações no mercado internacional tornam-na uma opção extremamente atraente. No caso do milho, o aperto do suprimento interno e seu papel fundamental como componente dos custos de produção da suinocultura e da avicultura, esta última importante fonte de divisas para o país, colocam-no como uma boa alternativa a lavouras tradicionais, como o arroz, o feijão e, mesmo, o algodão.

Ainda é cedo para uma avaliação global da safra 1983/84 e, sem dúvida, a tonelagem preliminarmente aventada em áreas oficiais constitui uma hipótese bastante otimista. Não se pode esquecer que, juntamente à indefinição dos encargos financeiros da safra, em razão da pós-fixação dos juros e da alta generalizada dos custos de produção, há as seqüelas da frustrada safra 1982/83. Por exemplo, a falta de sementes, já detectada em várias regiões, é um empecilho à consecução de bons índices de produtividade, podendo vir a modificar a intenção de plantio dos agricultores.

Quanto às referências a vendas elevadas de máquinas e implementos agrícolas, por parte dos próprios fabricantes, a tentativa de obtenção de melhores rendimentos nas novas lavouras de soja e milho poderá ser a explicação mais plausível, uma vez que persistem as dificuldades creditícias, tolhendo, ainda mais, a modernização de culturas menos rentáveis.

Evidentemente, numa fase de austeridade, como a atual, o crédito é um dos instrumentos mais empregados para o controle de desequilíbrios. No entanto, as peculiaridades da agricultura exigem maior flexibilidade, para que não ocorram estrangulamentos em nenhuma das etapas da atividade agrícola. Assim, tanto o financiamento de custeio do atual plantio, quanto os financiamentos à comercialização da safra, no próximo ano, necessitam de suficiente elasticidade, sob pena de prejuízos diversos, tanto aos produtores, quanto à própria sociedade.

ALGODÃO

OS PREÇOS DO ALGODÃO, NO CORRENTE ANO, APRESENTARAM UM RAZÓAVEL INCREMENTO QUANDO A MAIOR PARTE DA SAFRA JÁ ESTAVA COMERCIALIZADA. ESTE FATO E A MAIOR ATRAÇÃO EXERCIDA PELO MILHO EM ÁREAS ALGODOEIRAS SÃO DOIS DOS FATORES QUE INFLUENCIARÃO O PLANTIO DA SAFRA 1983/84.

Ao contrário dos dois últimos anos, quando o mercado do algodão foi caracterizado por quedas sucessivas nos preços reais da fibra, em função de safras crescentes e de um consumo em retração, o balanço final de 1983 mostrará que este mercado sofreu profundas modificações no decorrer deste ano (ver Quadro 01).

A safra de algodão 1982/83, da Região Centro-Sul, estimada inicialmente em cerca de 1,6 milhão de t, terminou apresentando uma redução de aproximadamente 11%, em função das constantes chuvas que ocorreram durante os períodos de desenvolvimento e colheita da lavoura. Os principais estados produtores da região — São Paulo e Paraná — tiveram seus rendimentos reduzidos e a qualidade da fibra significativamente prejudicada, o que acabou resultando numa oferta de algodões de melhor qualidade (tipo 6, 5 para menos) bastante reduzida (ver Quadro 02).

A safra da Região Nordeste, a exemplo do ocorrido na safra meridional, também foi severamente atingida por problemas climáticos e vem sendo constantemente reduzida, em função da permanência da seca que já dura quase cinco anos, mas que, em 1983, acabou tornando-se bem mais crítica do que nos anos anteriores. No caso específico do algodão, a estiagem que se prolongou através dos meses de abril, maio e junho, não permitiu que a lavoura conseguisse uma condição mínima de desenvolvimento. Além disso, o aparecimento da praga do bicudo na Paraíba, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, forçou a erradicação de algumas lavouras de algodão herbáceo nesses estados. Assim, a safra nordestina de 1983, cuja estimativa inicial era de cerca de 480 mil t de algodão em caroço, deverá ficar aquém das 250 mil t, segundo informações divulgadas pelas EMATER's locais (ver Quadro 03).

Desse modo, a oferta de algodão acabou sendo reduzida de forma significativa e a situação prevalecente na entrada da safra (fevereiro/março), de excedentes exportáveis, acabou se transformando em escassez. Não bastassem as quebras ocorridas nas duas safras, foi possível, este ano, depois de longo período, exportar uma quantidade elevada de algodão (acima da média dos últimos anos) nos primeiros meses de 1983, dada a existência de excedentes e conseqüente suprimento folgado. A CFP manteve o esquema de exportação do ano passado e, de acordo com os últimos dados, cerca de 100 mil t foram negociadas dentro da quota de 200 mil t isentas de ICM nos estados de São Paulo e Paraná.

Já em meados do mês de maio, porém, o mercado apresentava os primeiros sinais de reversão, com a subida dos preços do algodão, tanto em nível do produtor como do maquinista. A divulgação oficial dos novos números da safra meridional e a continuidade da seca no Nordeste estimularam os negócios. As exportações foram paralisadas. Àquela ocasião, a escassez de algodões de tipos superiores já

QUADRO 01 – ALGODÃO EM PLUMA – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA
1980/83 – 1.000 t

ANO	ESTOQUE INICIAL	Δ% ANUAL	PRODUÇÃO	Δ% ANUAL	SUPRIMENTO	Δ% ANUAL	CONSUMO	Δ% ANUAL	EXCEDENTE EXPORTÁVEL[1]	Δ% ANUAL	EXPORTAÇÃO	Δ% ANUAL
1980	123,5	–3,3	577,4	6,2	700,0	4,4	573,0	3,0	32,4	43,3	12,9	42,0
1981	115,0	–6,9	594,4	2,9	709,4	1,2	561,9	–1,9	53,8	66,0	30,0	132,6
1982	117,5	2,2	680,5	14,5	798,0	12,5	579,8	3,2	121,6	126,0	56,2	87,3
1983[2]	162,0	37,9	610,6	–10,3	772,6	–3,2	610,0	5,2	61,0	–50,0	100,0	78,0

FONTE – CFP

[1] **Dados preliminares. Os dados relativos à produção referem-se à estimativa de agosto.**

[2] **Exclui o estoque de segurança, correspondente a dois meses de consumo interno.**

era sentida pela maioria dos industriais. A quebra ocorrida nas safras paulista e paranaense terminou afetando a oferta de forma mais significativa, na medida em que a redução se deu na quantidade e na qualidade, com elevação da participação dos tipos inferiores no total produzido e conseqüente redução no tipo médio da fibra. Assim, a exportação das 100 mil t de algodão em pluma foi basicamente de tipos inferiores, de 7,5 para mais e não afetou muito a oferta interna, tendo em vista que o mercado doméstico dificilmente absorveria esses algodões.

O elevado aumento ocorrido no preço do algodão não foi, porém, repassado ao produtor pois, em maio, a maior parte da safra dos principais estados produtores já estava comercializada (ver Quadro 04). Assim, os produtores paulistas e paranaenses não conseguiram, via de regra, beneficiar-se da recuperação ocorrida nos preços. Nos demais estados produtores, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, como a safra entra mais tarde no mercado, uma parte da alta dos preços deve ter sido apropriada pelo agricultor. Apenas a título informativo, vale lembrar que, considerando-se os três meses de concentração da comercialização, os cotonicultores de São Paulo e Paraná receberam preços respectivamente 12% e 18% inferiores ao preço recebido pelo agricultor mineiro. Ainda a respeito dos preços recebidos pelo produtor, a comercialização da safra de algodão 1982/83 inverteu uma situação que vinha prevalecendo nas duas últimas safras, quando o agricultor que comercializasse a sua produção o mais rapidamente era o que, ao final, obtinha o maior lucro. Nesta safra, ainda com relação ao Paraná, quem vendeu sua produção em março, recebeu um preço inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal, enquanto aquele que negociou sua produção dois meses depois conseguiu um preço 24% superior, auferindo um ganho real de 4% no período.

QUADRO 02 – ALGODÃO HERBÁCEO – PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CAROÇO DA REGIÃO NORDESTE – SAFRA 1983*

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
MA	1.560	496	318
PI	11.649	2.082	179
CE	74.367	17.034	229
RN	72.168	9.451	131
PB	145.934	24.906	171
PE	24.800	7.224	291
AL	45.591	14.523	319
SE	6.755	1.486	220
BA	71.892	52.912	736
TOTAL DA REGIÃO NORDESTE	454.716	130.114	–

FONTE – IBGE

* **Estimativa**

QUADRO 02 – ALGODÃO ARBÓREO – PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CAROÇO DA REGIÃO NORDESTE – SAFRA 1983*

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
MA	29.388	7.379	251
PI	182.415	5.850	32
CE	714.612	56.028	78
RN	214.203	13.976	65
PB	408.215	21.655	53
PE	107.857	12.407	115
BA	1.980	986	498
TOTAL DA REGIÃO NORDESTE	1.658.670	118.281	–

FONTE – IBGE

* **Estimativa**

QUADRO 03 – ALGODÃO EM CAROÇO – PRODUÇÃO DA REGIÃO CENTRO-SUL, SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES – 1981/82 E 1982/83

ESTADO	SAFRA 1981/82			SAFRA 1982/83*		
	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
PR	369.500	739.000	2.000	440.000	681.000	1.548
SP	318.000	529.227	1.664	313.500	479.028	1.528
MG	99.032	82.156	830	83.414	110.908	1.330
MS	41.465	60.933	1.470	42.883	59.521	1.388
GO	39.546	66.580	1.684	37.613	80.225	2.133
MT	4.338	3.797	875	2.807	2.941	1.048
TOTAL DA REGIÃO CENTRO-SUL	871.881	1.481.693	–	920.217	1.413.623	–

FONTE – IBGE.

*** Dados preliminares, sujeitos a correções (levantamento do mês de agosto).**

De forma geral, o agricultor, mesmo obtendo um preço real médio no mesmo nível do da safra passada, nos estados de São Paulo e no Paraná, teve sua receita líquida reduzida, tendo em vista as perdas ocorridas nos rendimentos e na qualidade da fibra. Assim, a estabilização do preço recebido, que seria um estímulo à expansão da área cultivada, tendo em vista a queda continuada de preços reais que vinha prevalecendo nos últimos anos, principalmente no Paraná (estado que se apresenta livre da praga do bicudo e que tem conseguido reduzir seus custos de produção via manejo integrado de pragas) não deverá ter muita influência na decisão do plantio do agricultor. Pesarão mais nesta decisão a disponibilidade de crédito para o plantio, o preço mínimo garantido pelo governo e, principalmente, a perspectiva dos preços de mercado durante a comercialização da safra em 1984 (ver Quadro 05).

Vale lembrar que, de forma geral, a disponibilidade de sementes para o plantio da próxima safra encontra-se bastante reduzida. No Paraná, a área deverá reduzir-se entre 15% e 20%, principalmente em vista da escassez de sementes e da entrada da lavoura do milho nas propriedades mantidas sob o regime de arrendamento, ou que utilizam meeiros, na medida em que foi este pequeno lavrador que terminou sendo o mais prejudicado pela redução ocorrida na produtividade.

Em São Paulo, apesar da liberação da área infestada pelo bicudo para o plantio do algodão (anteriormente interditada) não deverá ocorrer expansão no cultivo da malvácea, tendo em vista a restrição de crédito para o plantio na região infestada e os estímulos dados ao cultivo de lavouras alternativas. Em Minas Gerais, apenas no Norte a lavoura poderá manter ou ampliar sua área, mas no total do estado deverá apresentar redução, tendo em vista o provável plantio do milho, em seu lugar, no Triângulo Mineiro. No estado de Goiás, a área da cotonicultura deverá apresentar um aumento de aproximadamente 30% e, em Mato Grossso do Sul, a área deverá crescer 3%. Tendo em vista, porém, a pequena participação de Goiás e Mato Grosso do Sul na oferta total, os aumentos de produção, se existirem, pouco afetarão a disponibilidade interna da fibra.

Em que pesem os fatores referidos acima, o plantio da safra meridional de algodão 1983/84 será influenciado ainda pela concorrência de lavouras como o milho e a soja e pelas modificações introduzidas nas regras do crédito rural subsidiado. Sendo a

QUADRO 4 – ALGODÃO – PREÇOS REAIS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DA REGIÃO CENTRO-SUL NAS SAFRAS 1981/82 E 1982/83 (MÉDIAS MENSAIS)
(Cr$/@)

	SAFRA 1981/82						SAFRA 1982/83					
ESTADO	fev	mar	abr	mai	jun	jul	fev	mar	abr	mai	jun	jul
PR	2.706	2.797	2.888	2.779	2.587	2.475	2.489	2.627	2.766	2.836	2.809	2.597
SP	3.171	3.139	3.070	2.953	2.711	2.590	2.827	2.843	2.863	2.903	2.973	3.003
MG	–	2.583	2.722	2.599	2.476	2.285	–	2.368	2.524	3.123	3.110	3.415
GO	–	2.647	2.411	2.336	2.395	2.356	–	2.734	2.895	2.989	2.830	2.762
MS	2.968	2.842	2.701	2.549	2.356	2.249	2.316	2.461	2.502	2.451	2.166	2.100

FONTE DOS DADOS BÁSICOS – Centro de Estudos Agrícolas – FGV.

1 Preços corrigidos para julho de 1983 pelo IGP (col. 2) – FGV

cotonicultura uma lavoura cujos gastos com o plantio são bem superiores aos das principais culturas concorrentes (milho e soja), o produtor de algodão ficará sujeito a riscos maiores, na medida em que seu endividamento será bem superior ao dos que optarem por aqueles cultivos. Além disso, o aumento das taxas de juros e sua pós-fixação terão também uma influência negativa na decisão de plantar.

No que tange ao consumo interno de algodão, a última estimativa revela uma quantidade de aproximadamente 610 mil t de algodão em pluma, contra 579,8 mil t consumidas em 1982 (ver Quadro 01). O aumento esperado reflete a expectativa de uma elevação considerável no nível das exportações de têxteis, tendo em vista que o mercado doméstico deverá, este ano, apresentar uma significativa redução no seu consumo final destes produtos, dado o aumento do desemprego e as reduções que ocorrerão no nível de renda real das classes média e baixa. A aplicação do percentual de 80% do INPC para a correção semestral dos salários, independentemente das faixas, terá certamente um efeito extremamente negativo sobre o consumo de têxteis, visto que as classes mais atingidas pela nova lei salarial são também as principais consumidoras desses produtos. A permanência desse Decreto até meados de 1985, juntamente com elevadas taxas de inflação poderá significar, por outro lado, uma queda muito acentuada na renda real, reduzindo ainda mais o nível do consumo e aumentando, na outra ponta, o nível de desemprego, visto

QUADRO 05 – VALOR BÁSICO DE CUSTEIO, PREÇO BÁSICO E PREÇO MÍNIMO PARA O ALGODÃO, MILHO E SOJA NAS SAFRAS 1981/82 E 1982/83

	VALOR BÁSICO DE CUSTEIO[1]			PREÇO BÁSICO			PREÇO MÍNIMO		
PRODUTO	Safra 1982/83	Safra 1983/84	△%	Safra 1982/83	Safra 1983/84	△%	Safra 1982/83	Safra 1983/84[2]	△%
Algodão	137.600	301.700	119	1.330	4.00	200	1.886	6.174	227
Milho	34.300	84.200	145	3.700	3.700	165	1.974	6.139	211
Soja	46.900	106.700	127	1.800	4.338	141	2.552	6.695	162

FONTE – CFP

(1) Tomando-se por base a faixa de produtividade média do estado: algodão – 1.801 a 2.200 kg/ha; milho – 2.101 a 2.500 kg/ha; soja – 1.751 a 2.000 kg/ha.

(2) Projetado para fevereiro de 1984, com base numa correção monetária média mensal de 7,5% no período de setembro de 1983 a fevereiro de 1984. No caso do milho, a correção estende-se até o mês de março.

ser o setor têxtil um dos principais ofertantes de emprego na economia.

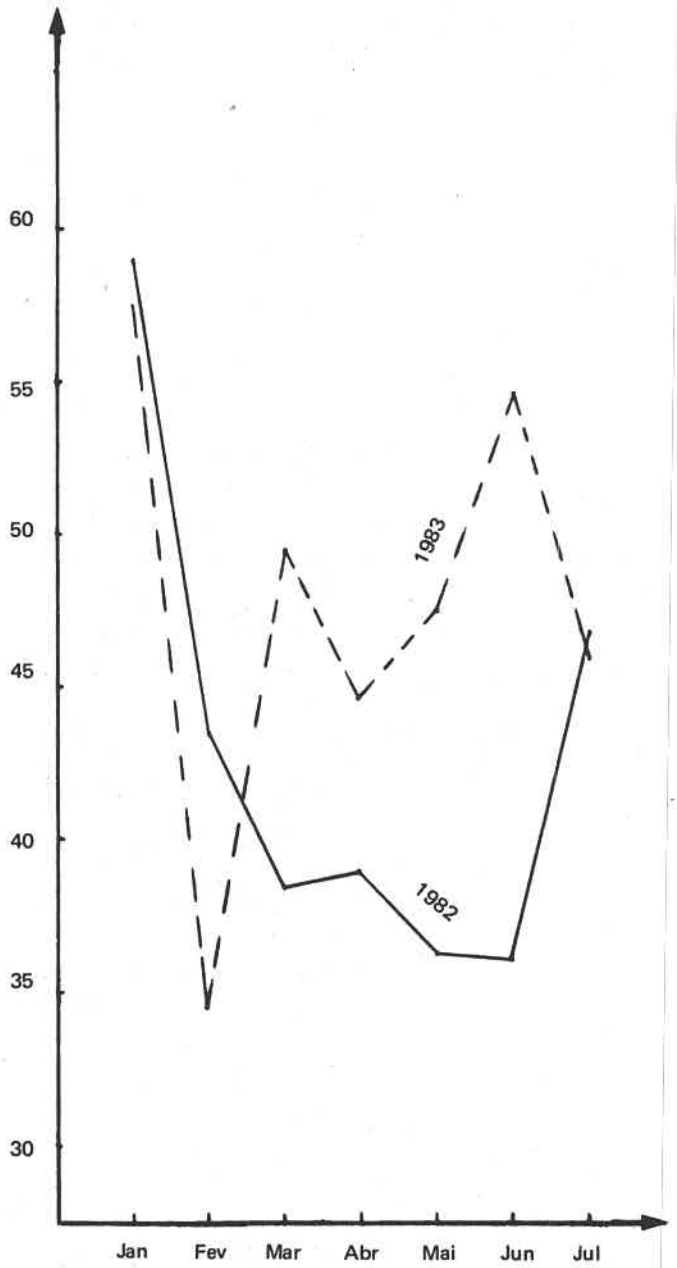
O esforço por parte da indústria, visando aumentar o volume exportado de têxteis, significará tentar manter o nível de produção do setor, evitando, assim, a elevação do número de demissões. As exportações de 1982, cujo resultado final apresentou uma redução de 24% em relação ao ano anterior, ficaram muito aquém da estimativa inicial, quando se pretendia vender no mercado externo cerca de US$ 1 bilhão. As principais causas para este fraco desempenho remontam à falta de competitividade dos artigos têxteis brasileiros frente ao produto dos principais concorrentes, à recessão que afetou a economia mundial em 1982, e ao conseqüente aumento das medidas protecionistas impostas pelos principais países desenvolvidos.

Em 1983, a maxidesvalorização da moeda, em fevereiro, constituiu-se em forte estímulo à exportação e as estimativas, àquela altura, previam uma receita da ordem de US$ 1 bilhão. Vale lembrar que as vendas dos principais produtos têxteis(*), no período entre janeiro e julho deste ano, cresceram somente cerca de 12% em relação a igual período de 1982 (ver Gráfico 01), em que as exportações anuais chegaram a apenas US$ 568,14 milhões.

A volta ao nível de exportação de 1981 significará para o setor um crescimento de 31%, taxa que, evidentemente, é bastante elevada, considerando a extrema competitividade do mercado internacional de têxteis e a persistência de medidas restritivas à expansão do comércio desses produtos. Além disso, grande parte dos mercados importadores da América Latina, Ásia e África continua praticamente fechada, em vista dos problemas em seus Balanços de Pagamento. Desse modo, a expansão das vendas brasileiras deve-se, basicamente, ao preenchimento das quotas de exportação, fixadas no âmbito do Acordo Multifibras, nos mercados da CEE e dos Estados Unidos. O Brasil não tem sido capaz de preencher suas quotas de exportação nos últimos anos, dada a gravosidade do seu produto. Em 1983, esta situação foi praticamente anulada com a desvalorização do cruzeiro e a manutenção das linhas de crédito à exportação. Além disso, a política de minidesvalorizações tem conseguido manter praticamente inalterada a vantagem da maxidesvalorização, ao contrário

GRÁFICO 01

BRASIL – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES MENSAIS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS TÊXTEIS NO PERÍODO JAN/JUL DE 1982 E 1983 (MILHÕES DE DÓLARES FOB)



FONTE DOS DADOS BRUTOS – CACEX.

(*) Inclui fios de algodão, fios de seda, fios de fibra artificiais e sintéticas, tecidos de algodão e de fibras artificiais e sintéticas, tecidos e artigos de malharia, roupas de cama, mesa, banho e vestuário e seus acessórios de tecidos.

da decretada em dezembro de 1979 que foi anulada ao longo de 1980, pois as desvalorizações do câmbio que se seguiram não foram capazes de manter a paridade do cruzeiro.

A consecução da meta de exportação para este ano, em torno de US$ 800 milhões, esbarra ainda no problema do suprimento de matéria-prima, tendo em vista a escassez de algodão no mercado e as dificuldades para importação da fibra. O comportamento dos preços do algodão nos últimos meses reflete com exatidão a situação do mercado interno. A arroba de algodão em pluma que, na entrada da safra, em março, estava cotada a Cr$ 5.600/5.800, chegou a Cr$ 18.000/19.000, no final de agosto (algodão tipo 6), apresentando uma elevação de 210% no período de apenas seis meses.

Para o abastecimento das indústrias no segundo semestre, existem cerca de 260 mil t de algodão em pluma colocadas em EGF e em poder de cooperativas e maquinistas. A safra nordestina, a esta altura, não deverá render mais de 90 mil t. Caso, realmente, não se efetue nenhuma importação — a indústria está negociando com o governo a importação no sistema de *draw-back* de aproximadamente 50 mil t — o que provavelmente acontecerá, dadas as restrições existentes na área cambial e, considerando o consumo em torno de 610 mil t, o ano de 1983 fechará com um estoque praticamente zerado.

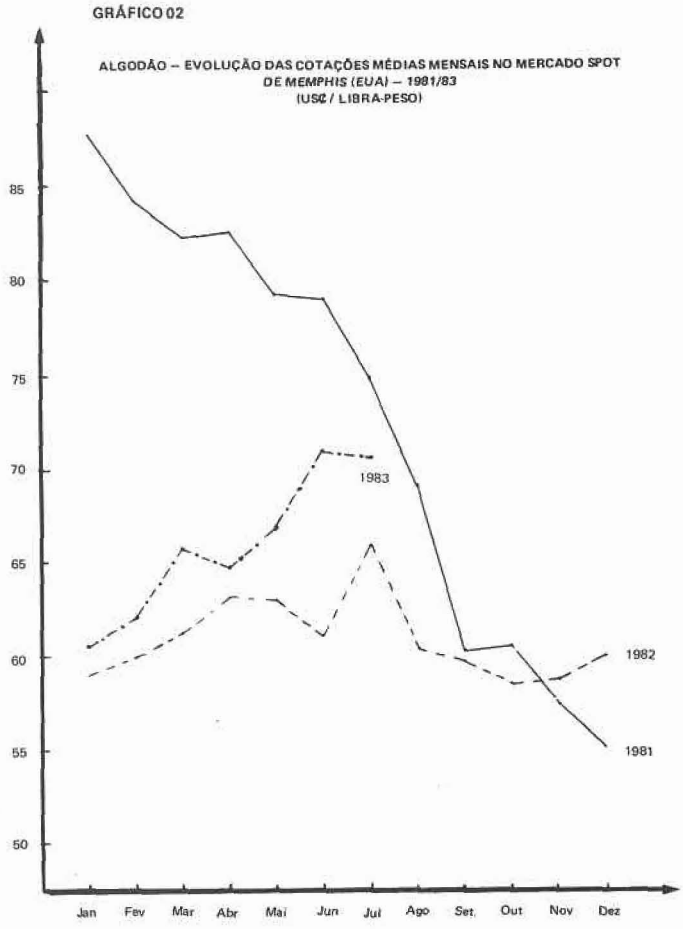
A inexistência de um estoque remanescente, aliada à perspectiva de uma safra meridional 1983/84 próxima à colhida este ano, ou seja, cerca de 1,45 milhão de t, deverá propiciar a manutenção de um suprimento apertado para 1984 e conseqüentes preços elevados. Deve-se ressaltar que esta situação deverá levar o governo a incentivar fortemente o plantio de algodão, na Região Nordeste. A safra nordestina de 1984, porém, mesmo que apresente significativo aumento em relação à colheita deste ano, não deverá inverter a tendência de preços em alta, dada a sua pequena participação na produção brasileira da fibra.

No que tange ao mercado externo, os preços vêm apresentando um aumento significativo, a partir de março, refletindo a elevação ocorrida no consumo mundial e a esperada redução na safra dos EUA. A recuperação da economia mundial, com destaque para a norte-americana, elevou sobremaneira as perspectivas de consumo. Os EUA apresentaram um aumento de 16% no seu consumo de algodão apenas no mês de julho, quando comparado com o mesmo mês de 1982. No período de janeiro a julho, o consumo norte-americano aumentou 11%, se comparado com o mesmo período do ano passado. Por outro lado, a safra norte-americana de algodão de 1983/84 deverá reduzir-se em cerca de 45%, tendo em vista os programas de redução voluntária da área plantada postos em prática pelo USDA e os problemas climáticos que têm afetado o ***Cotton Belt*** naquele país (ver Quadro 07).

Desse modo, também no mercado externo, os preços médios do algodão, no próximo ano, deverão situar-se acima dos praticados em 1983 (ver Gráfico 02) em função não apenas de uma safra norte-americana reduzida mas, também, em virtude do aumento esperado no consumo final de têxteis, tanto nos EUA como em outros países como a China, a URSS e, de maneira geral, na CEE.

GRÁFICO 02

ALGODÃO – EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES MÉDIAS MENSAIS NO MERCADO SPOT DE MEMPHIS (EUA) – 1981/83
(US¢ / LIBRA-PESO)



FONTE – MERCADO SPOT DE MEMPHIS (EUA), VIA UNICOM NEWS.

ARROZ

A EVOLUÇÃO DA ÁREA CULTIVADA COM ARROZ NO PAÍS VEM REGISTRANDO DIMINUIÇÃO DESDE A SAFRA 1980/81, EM FUNÇÃO DOS PREÇOS BAIXOS VERIFICADOS, EM NÍVEL DE PRODUTOR. AO QUE TUDO INDICA, A PRÓXIMA SAFRA CONFIRMARÁ ESTA TENDÊNCIA, O QUE SUGERE A NECESSIDADE DE MAIOR ATENÇÃO PARA ESTE CULTIVO, POR PARTE DO GOVERNO FEDERAL.

A safra 1982/83 foi avaliada, em agosto último, em 7,8 milhões de t, pelo IBGE, significando um recuo de cerca de 20%, em relação à oferta da safra anterior. Em termos de área, segundo a mesma fonte, seriam colhidos 5,1 milhões de ha, em 1983, enquanto que, em 1982, colheram-se pouco mais de 6 milhões de hectares. Para a Companhia de Financiamento da Produção, a área cultivada com a gramínea decresceu 8%, sendo 6% na região Centro-Sul (Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Rondônia) e 15% no Norte-Nordeste.

Em geral, os danos provocados ao arroz pelo clima abrangem principalmente o plantio de sequeiro, amplamente majoritário no país. Na última safra, porém, também os cultivos irrigados da região Sul foram afetados (ver Agroanalysis, vol. 7, nº 6).

Até o início de setembro, nada podia ser antecipado de concreto, nas principais zonas de produção, em razão destes últimos fatores. No Rio Grande do Sul, por exemplo, as chuvas ainda não haviam cessado, deixando o solo extremamente esponjoso e criando alguma ansiedade quanto ao início do pré-plantio. Em 1982, chuvas durante o plantio levaram a um retardamento nas operações do período, que implicaram a utilização de sementes de variedades de ciclo curto, menos produtivas do que os cultivares que, esperava-se, seriam empregados. A alta dos preços recebidos pelos orizicultores do estado (cuja safra deverá ficar em 2,2 milhões de t, segundo o IBGE) tem permitido a diversas cooperativas do interior gaúcho considerarem possível o fechamento da comercialização deste ano com um preço médio entre Cr$ 5.000 e Cr$ 7.000/60 kg.

Os preços médios nacionais recebidos pelos orizicultores, entre janeiro e junho, entretanto, evoluíram apenas 35%, contra uma elevação do IGP de 67%, no mesmo período. No primeiro semestre de 1982, os produtores contaram com uma alta um pouco menor, de 33%, mas o IGP subiu 47%.

O Quadro 06 apresenta as estimativas do custo de produção em diversos estados. No caso do Rio Grande do Sul, o Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA) promove uma atualização dos seus cálculos no mês de maio e, até fins de agosto, este trabalho ainda não havia sido concluído, devido à dificuldade em tratar com a correção do financiamento de custeio, na próxima safra. Na safra 1982/83, os custos financeiros advindos dos juros sobre o custeio, calculados em janeiro de 1982, correspondiam a 13,7% do custo total de produção de um hectare (Cr$ 36.797 em Cr$ 268.698/ha). Técnicos consideram possível aumentar para quase 30% esta participação, o que deixa alguma preocupação quanto ao próximo plantio. Sabe-se, porém, que havendo interesse em plantar, o atual atraso nas operações ainda será facilmente superável, havendo, caso prossiga o retardo, a possibilidade de uso de sementes de ciclo curto. Este

QUADRO 06 – ARROZ – ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO POR UNIDADE PRODUZIDA, EM DIVERSOS ESTADOS – SAFRA 1982/83 (Cr$/50 kg)

ESTADO	ARROZ DE SEQUEIRO	ARROZ IRRIGADO
Ceará	1.578,00	1.544,00
Distrito Federal	3.397,00	1.844,00
Espírito Santo	2.307,00	1.682,71
Goiás	3.422,87	–
Maranhão	2.100,00	–
Minas Gerais	1.648,00	2.256,00
Mato Grosso	1.520,69	–
Pará	1.839,00	–
Paraná	2.900,12	–
Pernambuco	2.148,00	1.344,00
Rio Grande do Sul	–	2.898,58
Santa Catarina	2.798,00	3.427,00

FONTE – SUPLAN/Minagri

interesse deverá aumentar, se o mercado do arroz se mantiver aquecido, nos próximos meses.

No caso do Maranhão, segundo maior produtor, na safra 1981/82, a situação ainda é um pouco mais complicada e merecedora de maior atenção. Naquele estado, apesar de o arroz constituir a alimentação básica da maior parte da população, sérias deficiências estruturais se entrelaçam, contribuindo para turvar, mais do que em outros grandes estados produtores, a visão da produção agropecuária. Deste modo, não se conseguiu ainda definir a real dimensão da safra orizícola de 1981/82, embora não haja grandes divergências quanto à quantidade final obtida. Sabe-se, apenas, que foi uma safra substancial, apesar de o aquecimento do mercado regional, na entressafra, ter deixado clara a superestimação da oferta do produto, por todas as fontes de informação. O mesmo se deu na safra 1982/83. As diversas avaliações não são discrepantes em seu resultado final, todas oscilando na faixa entre 438 mil e 450 mil t de arroz em casca. No entanto, não é possível conhecer a extensão da quebra pois, à semelhança do ocorrido um ano antes, tanto a área cultivada quanto a produção esperada parecem ter sido superavaliadas. O Quadro 07 apresenta as mais recentes estimativas da quebra da safra maranhense, levantadas pelo IBGE, que concluem ter ocorrido uma frustração de cerca de 65%.

A partir do grande desfalque da produção do Maranhão, a CFP estimou o déficit no abastecimento de arroz para o Nordeste em 436 mil t, que deverão ser transferidas de outras regiões. Usualmente, a produção do estado, além de atender primordialmente ao auto-consumo, abastece os estados vizinhos, principalmente o Piauí, Ceará, Paraíba, Pará e Goiás (o produto beneficiado também abastece Minas Gerais e Bahia). O Quadro 08 apresenta um balanço de oferta e demanda da orizicultura maranhense.

A elevação dos preços do produto, no Nordeste, é um eficiente indicador da escassez e para contê-la, far-se-á necessário usar os estoques quase esgotados do governo federal. A dificuldade da elaboração de uma estratégia para o abastecimento é, em conseqüência das carências anteriormente referidas, também maior do que em outras regiões.

Evidentemente, as instituições envolvidas não operam, na região, com menor grau de eficiência. Sem dúvida, a persistência de um cultivo rudimentar e a configuração do estado ainda como zona de expansão da fronteira agrícola respondem por estes problemas. De fato, o plantio de sequeiro é amplamente majoritário, sendo, em sua maior parte, constituído por lavouras de subsistência e itinerantes. Embora o acesso ao crédito para custeio esteja aberto a todos os produtores, o fato de 80% dos orizicultores se enquadrarem nas categorias mini e pequenos produtores impede sua utilização, pelo caráter arredio destas modalidades de agricultores. Além do mais, a preponderância de posseiros nesta atividade implica a exigência de apresentação de uma ***carta de anuência*** do proprietário, o que nem sempre é factível.

Também a possibilidade da garantia de uma produção mais segura, mediante inovações tecnológicas e ganhos de produtividade é dificultada por esta caracterização.

Essa situação, mesmo não sendo estática, parece incapaz de se modificar a curto e médio prazos. Salvo o contínuo deslocamento dos posseiros rumo à Amazônia e a expansão das lavouras mecanizadas

QUADRO 07 – ARROZ – MARANHÃO – ESTIMATIVA DE ÁREA PLANTADA E COLHIDA, DE PRODUÇÃO ESPERADA E OBTIDA E VARIAÇÃO PERCENTUAL – SAFRA 1982/83

MICRORREGIÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	Plantada[1]	Colhida	Esperada	Obtida	Área	Produção
Gurupi	26.900	21.420	35.538	15.445	–20	–56
Baixada Ocidental Maranhense	64.385	55.708	64.897	56.065	–	–14
São Luís	3.257	696	3.564	623	–79	–82
Baixada Oriental Maranhense	4.679	2.749	4.771	2.886	–41	–39
Baixo Parnaíba Maranhense	29.200	24.408	35.788	18.684	–16	–48
Pindaré	144.050	145.050	194.969	100.286	–	–49
Mearim	102.754	70.374	132.861	33.409	–31	–75
Itapecuru	176.538	48.549	214.766	39.182	–72	–
Alto Munim	35.462	18.671	37.492	16.841	–47	–55
Imperatriz	96.450	96.450	173.362	55.528	–	–68
Altos Mearim e Grajaú	55.050	37.800	68.264	8.424	–31	–88
Médio Mearim	72.157	61.031	104.083	33.866	–15	–67
Alto Itapecuru	22.600	23.200	20.996	11.195	–	–47
Chapadas do Sul Maranhense	83.780	70.925	83.338	23.779	–15	–71
Baixo Balsas	20.272	24.123	21.239	6.189	19	–71
Pastos Bons	22.535	21.899	20.658	8.596	–	–58

FONTE – IBGE

[1] **Primeira estimativa.**

no Sul do estado, outras trilhas evolutivas parecem excluídas. Assim, pode-se ter como certo que o arroz continuará sendo plantado como lavoura principal pelos produtores que dele necessitam para sua subsistência.

Quanto aos médios e grandes produtores, que utilizam crédito bancário, fontes estaduais estimam que reduzirão em até 10% a área plantada na safra 1982/83. Estes agricultores não chegam a ser 10% do total dos orizicultores maranhenses, mas atendem pela totalidade dos financiamentos do Banco do Brasil que, por sua vez, é responsável por mais de 90% da concessão do crédito rural no estado.

A grande indefinição que cerca os números referentes à produção do ex-segundo maior estado produtor de arroz poderá reduzir-se sobremaneira quando se realizar uma pesquisa por amostragem, patrocinada pelo IBGE, que deverá cobrir 114 municípios e 3.386 informantes. Este trabalho, de fundamental importância, deveria ter sido iniciado em abril passado, mas esbarrou na falta de recursos com que se defrontam os organismos públicos. Desenvolvido a partir do início do próximo plantio, permitirá um planejamento baseado em dados bem mais concretos, beneficiando tanto os setores produtivos quanto os consumidores.

Mesmo com este trabalho, porém, será impossível determinar quanto foi efetivamente plantado na última safra. Devido à estiagem, ocorreu uma série de plantios e replantios, sucessivamente perdidos e, no interior do estado, a expectativa infundada de que o governo federal perdoaria as dívidas contraídas junto aos bancos (foram prorrogadas) levou à divulgação de perdas exageradas.

As demais regiões também apresentam problemas. No Centro-Oeste, apesar dos ganhos de produtividade recentemente obtidos, tudo indica que a fácil adaptabilidade da soja e a perspectiva bastante animadora que apresenta o mercado internacional desta leguminosa, farão com que se opte por seu cultivo em áreas de arroz. Também o milho surge como con-

QUADRO 08 – ARROZ EM CASCA – MARANHÃO – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA – SAFRAS 1977/78 A 1982

SAFRA	OFERTA (t)				CONSUMO (t)			SALDO
	Produção	Estoque	Total	PERDA (t)	Humano	Sementes	Total	
1977/78	1.142.704	19.373	1.162.077	619.387	285.387	19.380	924.154	237.923
1978/79	1.070.190	29.357	1.099.547	586.058	291.506	20.661	898.225	201.322
1979/80	1.281.316	167.753	1.449.069	772.354	329.915	24.721	1.126.900	322.079
1980/81	721.966	10.828	732.794	390.579	343.772	25.190	759.540	–26.747
1981/82	1.610.094	79.877	1.689.971	900.754	351.367	28.752	1.280.873	409.098

FONTE – CIBRAZEM, CEPA

corrente em área e a CFP tem considerado possível a extensão destes dois plantios, em detrimento do arroz. Observe-se que, segundo a CEPA–GO (Quadro 06), Goiás e o Distrito Federal teriam sido as únicas regiões em que o preço mínimo não foi maior do que o custo da saca produzida nesta última safra. Assim, o recuo da área cultivada com o arroz parece inevitável.

Deste modo, com uma repetição da área de plantio gaúcha (ver Quadro 09)uma possível redução no Maranhão e uma quase certa diminuição no Centro-Oeste, o abastecimento do produto não deverá ser muito tranqüilo, no próximo ano. Com efeito, à produção de cerca de 7,9 milhões de t da última safra, o governo federal não poderia incorporar mais do que suas 296 mil t de arroz em casca, em poder da CFP e 159 mil, do IRGA. Ter-se-ia, portanto, uma oferta de 8,4 milhões de t, para atender a um consumo estimado para o ano de 9,6 milhões de t. Devido a esta diferença, os preços do arroz apresentaram uma elevação continuada, pois passou-se a contar, basicamente, com a liberação dos estoques mantidos por particulares, para o suprimento do mercado. Segundo a FIDENE, o preço do arroz ao consumidor evoluiu 116% de janeiro a agosto, superando a elevação do IGP. Para os produtores, no entanto, a alta dos preços, no mesmo período, foi de apenas 67%.

A CFP avaliou a disponibilidade do arroz estocado pela iniciativa privada em pouco mais de 1 milhão de t, o que poderia assegurar uma oferta total do produto muito próxima às necessidades do consumo. Esta estimativa, porém, pode conter uma elevada margem de erro, o que justificaria os cálculos de diversas entidades de que as anunciadas importações do produto poderiam ultrapassar as 300 mil t.

A posição atual dos estoques governamentais é calculada em cerca de 460 mil t (chegou a 730 mil t, mas foram vendidas 270 mil t), o que permite assegurar o abastecimento do Centro-Sul até dezembro (a região conta com um superávit de 436 mil t, enquanto o Norte-Nordeste apresenta em déficit de 504 mil t).

As importações previstas (já foram emitidas guias de importação referentes a 163 mil t) deverão abastecer, porém, o Centro-Sul, que está enviando arroz para o Nordeste. Ao contrário de anos anteriores (ver Quadro 10) foram inteiramente entregues à iniciativa privada. Esta atribuição de responsabilidade às empresas do ramo deverá dificultar as compras externas, uma vez que a cotação do produto no mercado internacional é superior às vigentes internamente. Embora estas empresas possam contar com novas elevações do preço do arroz no mercado interno, principalmente a partir de outubro, quando estará mais bem definido o plantio e se sentirá melhor a falta do produto, é compreensível que temam pela compra, pois não deverão repassar o arroz ao governo, cuidando elas mesmas da comercialização. A incerteza quanto à política cambial também pode ser citada como obstáculo à tomada de decisão de concretizar as importações.

QUADRO 09 – RIO GRANDE DO SUL – ARROZ – ESTIMATIVA DE ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE E VARIAÇÃO PERCENTUAL – SAFRAS 1981/82 E 1982/83

SAFRA	MODALIDADE DE CULTIVO	ÁREA PLANTADA	Δ%	PRODUÇÃO (t)	Δ%	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	Δ%
1981/82	Irrigado	582.328	–	2.562.342	–	4.364	–
	Sequeiro	36.926	–	26.543	–	719	–
	Total	624.254	–	2.589.885	–	4.149	–
1982/83	Irrigado	602.237	2,7	2.200.206	–14,1	3.647	–16,4
	Sequeiro	33.017	–10,5	37.449	42,6	1.134	57,7
	Total	636.255	1,9	2.237.665	–13,6	3.517	–15

FONTE – GCEA

Mantendo-se esta situação, os preços do arroz prosseguirão subindo, em todos os níveis de comercialização e há quem advogue estabelecer o tabelamento. Este poderia salvaguardar, por algum tempo, os interesses dos consumidores, mas reduziria a rentabilidade do negócio agrícola, desmantelando a única possibilidade, hoje, de se garantir um plantio razoável do cereal.

Aliás, é possível que o arroz venha a merecer, senão agora, mas em breve, um tratamento preferencial, à semelhança do concedido ao cultivo do feijão, com 1% adicional no Proagro ou adiantamento integral do VBC para o arroz de sequeiro, como já foi reivindicado anteriormente. Tais medidas contribuiriam para incentivar o plantio de um produto extremamente importante, em sua modalidade de cultivo mais rudimentar, em que se destaca, ainda, a produção de subsistência.

QUADRO 10 – ARROZ – PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL – 1981 E 1982

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (t)				VALOR (US$ 1.000,00)				PREÇO MÉDIO (US$/t 1.000 t)			
	Exportação (FOB)		Importação (CIF)		Exportação (FOB)		Importação (CIF)		Exportação (FOB)		Importação (CIF)	
	1981	1982	1981	1982	1981	1982	1981	1982	1981	1982	1981	1982
Arroz com casca	–	150	700	35.700	–	135	391	7.390	–	0,90	0,56	0,21
Arroz sem casca	43.581	7.805	1.060	123.000	17.107	2.706	412	41.790	0,39	0,35	0,39	0,34
Arroz partido	949	11.699	–	–	251	3.503	–	–	0,26	0,30	–	–
Farelo de arroz	–	10.200	1.250	–	–	1.170	115	–	–	0,11	0,09	–

FONTE – CACEX

FEIJÃO

O TRATAMENTO PREFERENCIAL ADOTADO PARA O FEIJÃO FEZ COM QUE A ÁREA PLANTADA PASSASSE DOS 5 MILHÕES DE HA DE 1979/80, PARA 6,25 MILHÕES EM 1981/82. NA SAFRA PASSADA, PORÉM, A ÁREA CAIU PARA 5,36 MILHÕES DE HA E SE ESPERA QUE, NO PLANTIO RECÉM-INICIADO, NÃO HAJA GRANDE ALTERAÇÃO.

Segundo o IBGE, a safra do feijão das águas somou pouco mais de 916 mil t e, a da seca, deverá atingir apenas 819 mil t. Comparadas às safras de 1982, a primeira é 45% menor e a segunda 34%. A área plantada já indicava menor produção, pois reduziu-se 31% na primeira safra e 24% na segunda.

De acordo com os números oficiais, portanto, as duas maiores safras teriam a oferecer apenas 1,735 milhão de t. Como o consumo total previsto para o ano é de 2,5 milhões de t, o comportamento do mercado do feijão nos últimos meses tornou-se facilmente explicável. O Gráfico 03 apresenta a evolução dos índices dos preços recebidos pelos produtores nos dois principais estados que cultivam feijão (Paraná, na safra das águas e Minas Gerais, na safra da seca) e do Índice Geral de Preços, no período entre dezembro de 1982 e agosto de 1983.

Os estoques governamentais estavam avaliados, em junho, em cerca de 600 mil t, significando a existência de um "déficit" no abastecimento, responsável pelas altas cotações atingidas nas bolsas. Tais reservas, porém, têm-se escoado rapidamente, numa tentativa de estabilizar o mercado. Aliás, a colocação do produto adquirido pelo governo federal tardou a influenciar as cotações, pois os cerealistas haviam se abastecido junto aos produtores e cooperativas com um produto bem mais caro do que o dos leilões e não poderiam baixar imediatamente seus preços. Os últimos leilões na Bolsa de Mercadorias de São Paulo têm colocado 40 t por semana, a preços entre Cr$ 14 mil e Cr$ 18 mil/60 kg (um mês antes, em Porto Alegre, o preço médio do feijão leiloado era de Cr$ 9 mil/60 kg). Também a escassez do feijão de boa qualidade é responsável pela elevação dos preços.

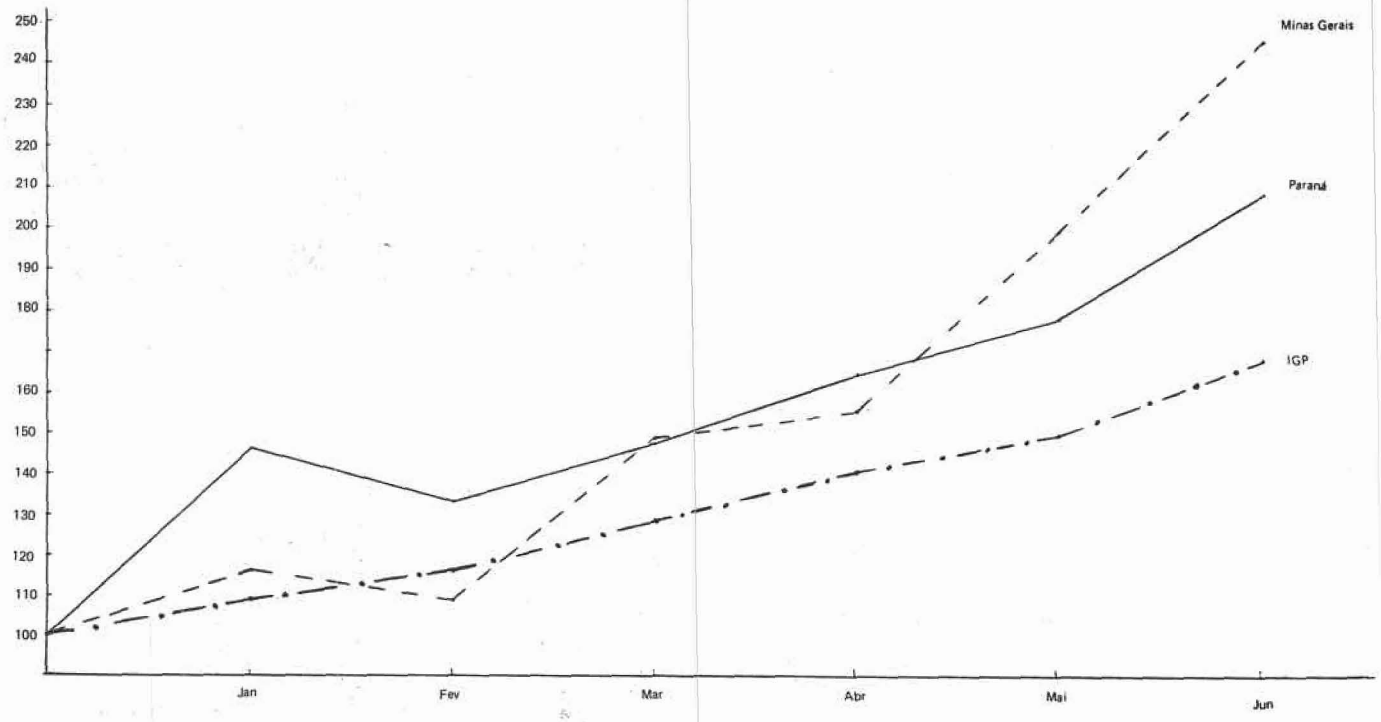
Neste aspecto — preços — a safra 1983/84 conta com um reforço bem mais sólido do que sua antecessora. Os dados do Quadro 11 permitem verificar que o feijão apresentou, em 1982, o pior desempenho entre as principais culturas temporárias, em ter-

QUADRO 11 – BRASIL – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE LAVOURAS SELECIONADAS – JANEIRO A JUNHO DE 1982 E 1983

PRODUTO	1982	1983
Algodão	34,7	70,0
Amendoim	–1,6	62,8
Arroz	33,2	34,6
Feijão	–0,6	120,2
Milho	13,6	68,8
Soja	53,3	92,7

FONTE – CEA/IBRE/FGV.

FEIJÃO PRETO – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DO PARANÁ E DE MINAS GERAIS – 1983 (DEZ/1982 = 100)



mos de preços recebidos pelos agricultores (–0,6%). Considerando-se o conjunto das lavouras, apenas o amendoim o superou, com –1,6% na evolução dos preços, entre janeiro e junho do ano passado. No corrente ano, no entanto, o feijão foi, no primeiro semestre, no conjunto aqui apresentado, o produto cujos preços no nível do produtor mais subiram (caso se tomem todas as lavouras de abastecimento interno, porém, a batata inglesa apresenta o maior incremento, com 345% e, o tomate, o segundo, com 128%).

No caso do feijão, assim como no das demais lavouras cultivadas com o fim de abastecer o mercado interno, é justamente o comportamento das cotações, que conta como fator principal de estímulo ao plantio. Contudo, em razão da importância do feijão como fornecedor de proteínas à população e por seu peso no cálculo dos índices inflacionários, o governo federal tem procurado incentivar sua cultura, através da concessão de 100% do adiantamento do financiamento de custeio a todas as categorias de produtores, da prorrogação da correção dos preços básicos por mais um mês e da cobertura do Proagro.

Todos estes fatores atuam no sentido de tornar atrativo o plantio da leguminosa, embora sempre se deva temer por sua vulnerabilidade. Assim, no Paraná, maior produtor da safra das águas, com 26% da área plantada com feijão no período e 37% da produção, estima-se que os 713 mil ha cultivados em 1982 poderiam reduzir-se um pouco, em 1983. Esta extensão ligeiramente inferior à da safra passada significa que as perdas elevadas verificadas na safra das águas paranaense não promoveram um grande desânimo dos agricultores, mesmo diante de boas perspectivas para cultivos concorrentes em área.

No entanto, o clima continua a interferir e os

produtores que iniciaram seu plantio da safra 1983/84 mais cedo, antes de 15 de julho, sofreram perdas diversas.

O calendário agrícola do feijão no Paraná é bastante elástico, pois a região Norte planta entre maio e setembro e a parte Sul, onde predomina o feijão preto, entre agosto e novembro. O plantio a partir do mês de maio incorpora a terceira safra, a "safrinha", que se estima tenha somado 5 mil ha. O Norte paranaense deveria plantar até 200 mil ha, mas uma prolongada estiagem tem impedido a semeadura e a melhor época para o plantio já passou (até 15/8). No início de setembro, apenas 20% da área total dedicada ao feijão estavam semeados, enquanto que, em anos anteriores, alcançou-se 40% no mesmo período. É possível, portanto, que, caso as regiões que semeiam tardiamente não expandam suas áreas, a previsão de produção de 710 mil ha não se confirme. Colaborando para frustrar esta intenção também se pode arrolar a escassez de sementes, pois as 110 mil sacas remanescentes no Paraná dariam para cobrir até 15% da área esperada. Tal fato não assume maior gravidade, em razão da prática disseminada do uso de sementes comuns, em geral destinadas ao consumo humano, para o plantio, embora também sua carência seja sentida. Para contornar o problema, o governo trocou sementes comuns por certificadas, à razão de duas sacas por uma.

Segundo o Departamento de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura paranaense, outro elemento de ordem estrutural deve ser considerado entre as dificuldades à obtenção de uma área semelhante à da safra 1982/83, qual seja, a menor extensão da cafeicultura, com a qual parte expressiva do cultivo do feijão se intercala.

O vizinho estado de Santa Catarina apresenta problemas semelhantes, talvez um pouco mais sérios, pois é possível que se dê aí uma grande redução no plantio. O agricultor catarinense parece estar preferindo plantar soja e já se tem como certo que os 190 mil ha plantados com feijão no ano passado não se repetirão. Como o tempo melhorou, a partir de julho, o preparo do solo não está atrasado (em geral, planta-se, no estado, a partir de 15/9). Além da competição da soja, que ocupará espaços do feijão, as lavouras terão menor rendimento agrícola pela má qualidade das sementes utilizadas. Também o clima é uma variável a ser considerada e se, no momento, já houvessem ocorrido plantios antecipados, teriam sido destruídos pelas geadas e pelo frio intenso que afetam o interior do estado.

Em São Paulo, terceiro maior produtor da safra das águas, a situação não é diferente. De acordo com o Instituto de Economia Agrícola, a área plantada poderá ser reduzida em até 10%, caindo dos 250 mil ha anteriores da safra passada para algo em torno de 220 mil ha. O período de maior concentração do plantio é de agosto e setembro e, devido à estiagem que afeta as regiões produtoras do estado há mais de dois meses, as operações de preparo do solo se atrasaram. Assim, muitos produtores desistirão do cultivo e aqueles que continuarem poderão enfrentar novas dificuldades, pois as sementes plantadas, como no Paraná e Santa Catarina, não são boas. A participação das sementes certificadas no custo de produção, nesta safra, foi muito elevada, com a saca de 40 kg atingindo Cr$ 28.160. Isto motivou o uso de sementes comuns (Cr$ 30 mil/60 kg), o que impede que se tenha uma boa expectativa de produtividade.

A safra de inverno paulista, atualmente em desenvolvimento, beneficiou-se dos bons preços vigentes e quase alcançou a área estimada, abrangendo 53,1 mil ha. No entanto, prejudicada pela estiagem, poderá produzir apenas 40 mil t. Nas lavouras irrigadas (40% da área) é promissor o rendimento, colhendo-se entre 1.200 a 1.500 kg/ha. O cultivo de sequeiro tem apresentado entre 300 e 420 kg/ha.

Pode-se ver, portanto, que o panorama da safra 1983/84 não é dos mais animadores. Ainda não é possível avaliar as possibilidades da safra nordestina. A região do Irecê, cuja safra da seca foi praticamente toda perdida, planta de outubro a novembro e, até meados de setembro, os bancos ainda não haviam começado a receber os pedidos de financiamentos. Supondo-se que o clima favoreça, ainda assim o abastecimento do próximo ano deverá apresentar problemas, em razão do provável esgotamento dos estoques governamentais.

MILHO

ATENTO À IMPORTÂNCIA DO CEREAL NA ECONOMIA DO PAÍS, O GOVERNO FEDERAL PROCUROU INCENTIVAR O SEU PLANTIO, NA PRÓXIMA SAFRA. EMBORA SE TENHA TRANSFORMADO NUMA OPÇÃO DAS MAIS ATRAENTES PARA OS AGRICULTORES, SEU CULTIVO AINDA ENFRENTA ALGUNS PROBLEMAS.

Devido a quebras por adversidades climáticas, a safra brasileira de milho 1982/83 está estimada em 19 milhões de t, 22% abaixo da previsão inicial e 12% abaixo da quantidade colhida na safra anterior. As quebras havidas na região Centro-Sul já foram dimensionadas, restando, apenas, a inclusão dos números finais (sem dúvida, baixos) relativos à colheita das regiões Norte e Nordeste.

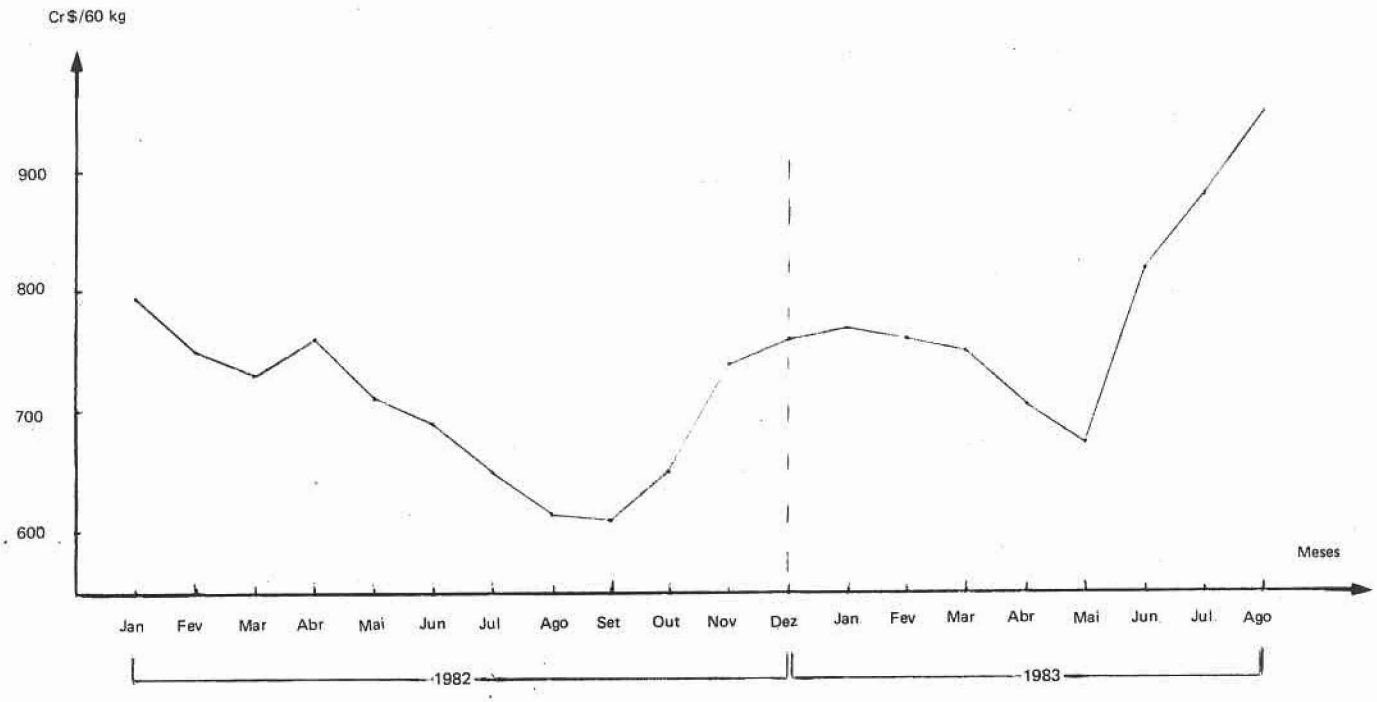
A região Sul do País, que produziria cerca de 12 milhões de t, viu seu desempenho diminuir em 16% após as enchentes de maio e julho, registrando-se os maiores prejuízos em Santa Catarina (perda de mais de 650 mil t) e no Rio Grande do Sul (menos 620 mil t). Em compensação, Minas Gerais (quinto estado produtor de milho) chegou a colher 2,7 milhões de t, 5,5% a mais do que o esperado inicialmente, enquanto que a safra paulista atingiu o patamar previsto, de cerca de 2,8 milhões de t.

Se as más condições climáticas causaram a reversão de expectativas na produção sulina, identicamente nas regiões Norte e Nordeste o agravamento da seca provocou não só uma redução de 17% no plantio mas, também, quebras consideráveis na safra. Até o momento, estima-se que a porção setentrional do país venha a colher menos do que as suas necessidades de consumo, avaliadas em 50 mil t por mês.

Em conseqüência, a comercialização do produto tomou um rumo diferente daquele que se delineara anteriormente. Interromperam-se as referências a exportações de milho, que poderiam atingir 1,5 milhão de t, no corrente ano. O preço no mercado interno, que se vinha depreciando ininterruptamente desde o início do ano, passou a acusar alta generalizada, tanto no nível do produtor, como da transformação. No estado do Paraná, houve uma valorização real da ordem de 21,6% entre maio e junho, prejudicando os agricultores que, na expectativa de uma grande safra, já haviam optado pelas AGF's, ao preço mínimo de Cr$ 1.974/60 kg. O Gráfico 04 mostra a atipicidade da movimentação dos preços do milho a partir de maio, em comparação com o ocorrido em 1982, em face da escassez do produto, que passou a ser sentida nos estados do Sul, onde se concentram os mais importantes rebanhos suíno e avícola do país. Em Santa Catarina, por exemplo, onde a quebra da safra atingiu 25% do total esperado, o preço ao produtor alcançava Cr$ 4.100/60 kg no final de julho, Cr$ 1.350 a mais do que em fins de maio.

De fato, não fosse o bom resultado obtido em São Paulo e em Minas Gerais, o nível de dificuldades do abastecimento do cereal seria maior e, certamen-

MILHO – PARANÁ – PREÇOS REAIS* MENSAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR (Cr$/60 kg) – JANEIRO DE 1982 A AGOSTO DE 1983



*** IGP Col. 2 para janeiro de 1982.**
FONTE – Deral/PR.

te, as importações para suprir o mercado no curto prazo já teriam sido implementadas há mais tempo. Além disso, o menor crescimento do setor avícola este ano acabou por atenuar a situação de escassez geral. De fato, a produção brasileira de frangos de corte, de janeiro a agosto, tendo sido 21% inferior ao potencial de produção e igual à do mesmo período do ano passado, determinou um desafogo considerável sobre a demanda do cereal, estimado, a grosso modo, em 470 mil t *

O Quadro 12 mostra como se encontra o balanço de oferta e demanda do milho para este ano. Em relação a 1982, os números atuais evidenciam uma contração do consumo interno, em prejuízo dos níveis de alimentação da população, visto tratar-se de produto não só de largo consumo direto (via farináceos) como também de elevada importância para a formação de proteínas animais.

Esta situação de aperto foi, sem dúvida, piorada pelo compromisso de exportação, no corrente ano, de 770 mil t de milho, contratadas pelo governo no final do ano passado, sob pena de pagamento de multas. Por outro lado, as importações, recentemente anunciadas, poderão ser obstaculizadas não só pela atual centralização do câmbio (à semelhança do já ocorrido com o algodão) mas, também, pela alta do preço no mercado internacional. Além da perda direta de divisas, considerando-se o diferencial de preços entre a exportação e a importação, a cotação do cereal, a ser comercializado internamente, da ordem de Cr$ 9 mil/saco 60 kg para o produto importado, contribuirá para aumentar a inflação.

*** Considerou-se o peso médio por ave de 1,5 kg e a conversão alimentar de 2,5.**

Paralelamente, as quantidades que o governo vem colocando no mercado são insuficientes, sendo que seus estoques estavam estimados em apenas um milhão de t, no início dos leilões em diversas Bolsas de Cereais. Estima-se que, até o final de outubro, a CFP verá esvaziados os seus armazéns, o que sem dúvida tornará os dois últimos meses do ano um período de sérios problemas na comercialização, salvo se as importações se concretizarem.

QUADRO 12 – BRASIL – ESTIMATIVA DE OFERTA/DEMANDA DE MILHO 1981/82 E 1982/83 – EM MIL T

DISCRIMINAÇÃO		1931/82		1982/83
Estoque		1.163,8		1.731,0
Produção		22.103,7		19.000,0
Oferta		23.267.5		20.731,0
Consumo		20.993,0		20.870,0
Rações	10.228,0		9.753,0	
Moagem úmida	545,0		477,0	
" seca	1.400,0		1.390,0	
Auto-consumo (+ Perdas)	8.700,0		9.130,0	
Sementes	120,0		120,0	
Exportações		543,0		770,0
Estoque final		1.731,0		–909,0

FONTES – CFP e IEA/SP

Infelizmente, as quebras da safra brasileira 1982/83 não ocorreram isoladamente. A safra norte-americana também teve reavaliações para menos, devido à ocorrência de condições climáticas desfavoráveis no ***Corn Belt***, a partir da segunda quinzena de julho. Assim, a safra daquele país, prevista inicialmente em 153,7 milhões de t, não deverá ultrapassar 111,5 milhões de t, significando que os estoques finais serão 74% inferiores aos de 1982/83. Os preços ***spot*** do milho norte-americano vêm apresentando, conseqüentemente, um movimento altista, tendo sua média, para o mês de agosto, alcançado US$ 3,67/***bushel***, 8,3% a mais do que o preço médio de julho. As primeiras informações quanto à colheita vêm dando conta de baixos rendimentos, o que reforça a tendência altista da cotações.

Diante deste quadro, não resta a menor dúvida de que os preços internos do milho, para o último quadrimestre do ano, manterão a tendência de alta pois, no curto prazo, praticamente nada poderá ser feito para interrompê-la.

Preocupadas com esses fatos, as autoridades procuraram dar ao milho um tratamento diferenciado, quando da definição dos instrumentos de política agrícola concernentes ao plantio da safra 1983/84.

Assim, a reivindicação de diversos órgãos ligados ao cultivo do milho, de que o preço básico se situasse entre Cr$ 3.400 e Cr$ 3.600/60 kg foi plenamente atendida, e mesmo superada, com o valor sendo estabelecido em Cr$ 3.700. Este aumento de 165,8% sobre o preço-base do ano anterior só foi suplantado pelos reajustes concedidos ao arroz e ao algodão, produtos que também apresentaram quebras na safra recém-colhida.

A outra medida governamental foi a ampliação por mais um mês do período de reajuste do preço básico do milho, que será corrigido de setembro a março, intervalo que, na safra passada, era de agosto a janeiro.

Supondo-se um reajuste mensal de 7,5% das ORTN[1]s, o preço mínimo será de Cr$ 6.139/60 kg em março de 1984. Ou seja, 70% a mais do que o preço médio recebido pelo agricultor paranaense em agosto passado, e 210% superior ao preço mínimo da safra 1982/83. Com o preço mínimo neste patamar, a menor remuneração (aquela garantida pelo

*** De acordo com faixas de produtividade distintas.**

governo) que poderá ser auferida pelo agricultor deverá ser suficiente para cobrir seus custos de produção. De fato, uma média dos diversos custos de produção elaborados pelo Deral/PR, a preços projetados para julho de 1983, aponta um valor que, corrigido também a 7,5% ao mês até março, atinge Cr$ 6.019/60 kg. Conclusão idêntica pode ser tirada para o Rio Grande do Sul, de acordo com os custos de produção levantados pela Fecotrigo para o milho cultivado no estado, a saber: Cr$ 5.316 e 5.536/60 kg para lavouras mecanizadas e tradicionais, respectivamente.

Similarmente ao preço básico, os novos valores básicos de custeio para o milho repercutiram favoravelmente no âmbito dos produtores. No entanto, do ponto de vista do agricultor, a atratividade dos novos VBC's foi fortemente diminuída pelas alterações na sistemática do crédito rural. Dentre essas alterações, destacam-se a extinção da pré-fixação da taxa de juros (anteriormente bem abaixo da inflação) a ser paga pelo tomador e a redução da parcela do crédito a que as diferentes categorias de produtores terão direito. Desta forma, a maior parte dos agricultores que cultivam o milho (pequenos e médios produtores) viu sua capacidade de tomador reduzida para 90% ou 60% do financiamento oficial. Esses produtores terão, a partir de agora, de levantar nos bancos privados uma parcela maior do crédito necessário ao plantio, a juros de mercado, estimados atualmente em 180% a.a.

No Quadro 13 estão arrolados os custos de produção e os encargos financeiros que deverão onerar a produção de milho levada a efeito pelo médio e pelo grande agricultores paranaenses, nesta safra. De acordo com os cálculos, a renda líquida auferida pelo médio agricultor será próxima a Cr$ 90 mil/ha cultivado, caso ele venda a produção esperada ao preço mínimo hipotético considerado. Para o grande produtor, que tem as despesas financeiras mais elevadas, a margem de lucro será mais reduzida.

No Brasil, a cultura do milho é desenvolvida tradicionalmente por pequenos agricultores. Desse modo, a área reservada para o plantio do cereal será maior ou menor de acordo com os preços alcançados pelo produto na safra anterior, uma vez que estando, de um modo geral, à margem do sistema creditício, sua decisão de plantio independe do nível das taxas de juros (subsidiados ou não)*.

Por outro lado, a parcela dos agricultores que, atraída pelos altos preços praticados para o milho nesta safra, desejar obter crédito para expandir o seu plantio, será prejudicada pelo maior custo financeiro dos recursos necessários. A conclusão a que se chega, em primeira instância, leva a crer que haverá redução na utilização de insumos modernos e de sementes melhoradas por parte dos agricultores que não dispõem de volume suficiente de capital próprio. Ou seja, o rendimento por hectare da cultura do milho pode declinar na próxima safra. Esta perspectiva é inquietante, tendo em vista que o rendimento médio da lavoura no país vem decaindo já há três safras consecutivas (no Norte-Nordeste, a produtividade média da safra 1982/83 deverá ser inferior a 300 kg/ha).

Apesar das apreciações acima, podem-se considerar alentadoras as condições estabelecidas pelo governo para a cultura do milho na safra 1983/84.

Se, pelo lado dos pequenos agricultores, a tendência para a nova safra é de um pequeno aumento da área cultivada com o milho em função de seus recentes aumentos de preços, já do lado dos médios e grandes produtores, é de se esperar que a atratividade atual da soja venha a esvaziar o interesse pelo cereal. Isto porque é muito difícil que os produtores rurais do Centro-Sul não se sintam atraídos pela perspectiva de a comercialização da saca da soja (a partir de março de 1984) vir a dar-se por, pelo menos, Cr$ 25 mil. Os cálculos apresentados no Quadro 14 traduzem, em cifras, a renda possível de ser auferida pelo sojicultor na safra 1983/84, o que faz da soja o centro das cogitações do agricultor da região Centro-Sul do país. Na verdade, ao que tudo indica, nenhum produto agrícola poderá competir com a soja em termos de rentabilidade quando da colheita da safra 1983/84. A utilização destas vantagens, no entanto, está prejudicada pela oferta de sementes certificadas para plantio na próxima safra,

*** Por este motivo, omitiu-se esta categoria do demonstrativo do Quadro 1.**

QUADRO 13 – PARANÁ – COMPARAÇÃO ENTRE DIVERSOS INDICADORES ECONÔMICOS DA CULTURA DO MILHO – SAFRA 1983/84

DISCRIMINAÇÃO	MÉDIO PRODUTOR (3.500 kg/ha)	GRANDE PRODUTOR (4.000 kg/ha)
1) Custo de Produção (Cr$/ha)	190.382,00	255.642,00
2) Custo Variável (Cr$/ha)	145.773,00	184.127,00
3) VBC Oficial (Cr$/ha)	111.200,00	127.000,00
4) Limite Financiamento Subsidiado	66%	66%
5) Financiamento Obtido (Cr$/ha) [3 x 4]	66.720,00	50.800,00
6) Juros Subsidiados[1] (85% da ORTN[2] + 3% Juros Reais a.a.)	66%	66%
7) Valor dos Juros Subsidiados (Cr$) [6 x 5]	44.041,87	33.533,08
8) Financiamento Governamental + Juros (Cr$) [5 + 7]	110.761,87	84.333,08
9) Financiamento a ser Obtido no Mercado (Cr$) [2 – 5]	79.053,00	133.327,00
10) Juros de Mercado (180% a.a.)	9% a.m.	9% a.m.
11) Valor dos Juros[3] (Cr$)	78.499,63	132.393,71
12) Financiamento Mercado % Juros (Cr$) [9 x 11]	157.552,62	265.720,71
13) Principal + Juros (Cr$) [8 x 12]	268.314,49	350.053,79
14) Preço Mínimo Provável (Cr$/60 kg)	6.139,00	6.139,00
15) Renda Auferida por Hectare (Cr$)	358.108,31	409.266,64
16) Renda – Despesa (Cr$/ha) [15 – 13]	89.793,82	59.213,00

FONTE DOS DADOS BÁSICOS – Deral/PR e Banco Central.
[1] $(1,09)^8$ x item 9
[2] Supondo-se utilização de agosto de 1983 a março de 1984.
[3] Supondo-se ORTN mensal de 7,5%: $(1,0638)^8 + (1,0025)^8 = 64,01\% + 2,0\% = 66,01\%$

Em razão da gravidade desta situação, o governo federal tenta, também neste ano, incentivar o cultivo do sorgo granífero, buscando a diminuição dos problemas decorrentes de uma possível oferta de milho inferior às necessidades domésticas, no próximo ano. A coerência da medida é evidente, tendo em vista que, embora se trate de grão cuja aceitabilidade para a alimentação humana direta é pequena, possui adequação às farinhas panificáveis superior à do milho, além de tratar-se de cultivo muito mais resistente às irregularidades climáticas. Na África, por exemplo, o sorgo é mais consumido do que o milho. Ou seja, trata-se de uma opção mais condizente com o clima semi-árido do Nordeste do que o milho, uma vez que a produção do sorgo é possível a partir da chamada "soca", dispensando o replantio a cada safra.

O maior empecilho à sua expansão, por outro lado, encontra-se na sua pequena aceitabilidade por parte das indústrias de ração, que continuam a preferir o milho, devido, basicamente, ao caroteno que ele possui. No entanto, o sorgo pode substituir o milho, em até 80%, na composição das rações, sem perda do valor nutricional, além de o seu preço ser, normalmente, de 10 a 20% inferior ao preço de seu concorrente.

Para esta safra, o sorgo tem um preço-base de Cr$ 3.145/60 kg, o que representou um reajuste, à semelhança do milho, de 165,9% em relação ao preço-base anterior. O VBC, por sua vez, teve um aumento da ordem de 139%. Lamentavelmente, não se dispõe de dados de custo de produção deste grão, que tornassem possível a aferição – ainda que aproximada – da lucratividade de seu plantio em 1983/84. O empenho governamental na expansão da área plantada com o sorgo no presente ano-safra visa a atingir, fundamentalmente, o Nordeste (se bem que o sorgo seja, atualmente, cultivado em maior escala no Sul do país), região onde, este ano, a colheita do milho não deverá alcançar nem mesmo 780 mil t (47% a menos do que em 1981/82). De fato, a perdurarem as condições de aridez do clima lá vigentes, a expansão do plantio do sorgo poderá representar uma solução para as necessidades de curto prazo do arraçoamento animal na região. Além disso, atenuará os problemas decorrentes da diminuição prevista das importações de trigo. O fato de se poder contar com duas colheitas por ano (ou até três, em cultivo irrigado) atribui ao sorgo uma posição de destaque dentre os cereais cultivados no país, especialmente levando-se em conta a pequena representatividade do trigo neste conjunto.

QUADRO 14 – PARANÁ – COMPARAÇÃO ENTRE DIVERSOS INDICADORES ECONÔMICOS DA CULTURA DA SOJA – SAFRA 1983/84 – 2.100 kg/ha

DISCRIMINAÇÃO	
1) Custo de Produção (Cr$/ha)	247.449,00
2) Custos Variável (Cr$/ha)	180.490,00
3) VBC Oficial (Cr$/ha)	124.600,00
4) Limite Financiamento Subsidiado	60%
5) Financiamento Obtido (Cr$/ha) [3 x 4]	74.760,00
6) Juros Subsidiados[1] (85% da ORTN[2] + 3% Juros Reais a.a.)	66%
7) Valor dos Juros Subsidiados [6 x 5]	49.349,08
8) Financiamento Governamental + Juros (Cr$) [5 + 7]	124.109,07
9) Financiamento a ser Obtido no Mercado (Cr$) [2 – 5]	48.351,70
10) Juros de Mercado (180% a.a.)	9% a.m.
11) Valor dos Juros[3]	56.668,19
12) Financiamento Mercado + Juros (Cr$) [9 + 11]	105.019,89
13) Principal + Juros (Cr$) [8 + 12]	229.128,96
14) Preço de Mercado Provável (Cr$/60 kg)	20.000,00
15) Renda Auferida por Hectare (Cr$)	700.000,00
16) Renda – Despesa (Cr$/ha) [15 – 13]	470.871,04

FONTE DOS DADOS BÁSICOS – Deral/PR.

[1] $(1,09)^9$ x item 9

[2] Supondo-se utilização de setembro de 1983 a abril de 1984.

[3] Supondo-se ORTN mensal de 7,5%: $(1,0638)^8 + (1,0025)^8 = 64,01\% + 2,0\% = 66,01\%$.

insuficiente para a repetição da área plantada em 1982/83. Já a oferta de sementes melhoradas de milho para a safra 1983/84 é equivalente às 120 mil t demandadas no ano passado, que cobriram cerca de 51% da área total de 11,8 milhões de ha. Ou seja, no caso de expansão da área cultivada, este aumento se daria às expensas de uma maior utilização de sementes próprias, cuja produtividade é bem mais baixa.

Em vista do exposto, é possível que ocorra aumento da área cultivada com o milho na próxima safra, para o que contribuiria o abandono do cultivo do algodão por pequenos produtores, aos quais a opção pelo grão seria mais interessante. Esta expansão da área plantada, no entanto, poderá não superar os 3 a 4%, em função do elevado grau de incerteza que vem caracterizando o estado geral da economia brasileira e que afeta o produtor rural. Esse acréscimo de área, atingindo 12,3 milhões de ha, será ainda pouco significativo, tendo em vista os 13 milhões de ha plantados na safra 1982/83. Desse modo, a produção esperada, com base num rendimento médio de 1.700 kg/ha, será levemente inferior a 21 milhões de t. Esse pequeno acréscimo não teria maior importância desde que se pudesse contar com um ganho no rendimento da colheita, o que parece de difícil consecução, pela menor utilização de insumos já mencionada. Neste sentido, o aumento do rendimento da cultura dependerá da favorabilidade das condições meteorológicas durante o ciclo da planta.

Esta produção esperada faz prever um abastecimento do cereal novamente apertado durante o ano que vem, pois o consumo, embora ainda não dimensionado, deverá ser superior às 21 milhões de t estimadas para este ano. Isto porque já foi determinada a eliminação total do subsídio ao trigo em 1984, o que levanta a questão extremamente delicada de como se readaptará o consumo de alimentos por parte da população que, hoje em dia, é muito dependente de produtos à base de farinha de trigo.

Ademais, a repetir-se, em 1984, a quantidade elevada de carne bovina exportada, crescerá no âmbito interno, em muito, a importância das carnes avícola (principalmente) e suína. Obviamente, a destinação de grandes quantidades de carne bovina, considerada produto mais nobre, para os países industrializados, deve ser compensada pela ampliação da oferta interna de carnes de pequenos e médios animais. A expansão da produção desses tipos de carnes, a custos baixos, só será possível com o aumento da produção do milho, de modo a se ter sempre uma oferta interna folgada.

SOJA

A FRUSTRAÇÃO DA SAFRA NORTE-AMERICANA CONSEGUIU ALTERAR SUBSTANCIALMENTE OS RUMOS DO MERCADO INTERNACIONAL. NO BRASIL, A PERSPECTIVA DE UMA BOA COMERCIALIZAÇÃO, ESPECIALMENTE DO ÓLEO, ESTÁ ESTIMULANDO UM EXTENSO PLANTIO.

O mercado da soja poderá mostrar um renovado vigor, numa conjuntura internacional de preços em ascensão, pois à medida em que avançavam os meses de julho e agosto, importantes regiões produtoras nos EUA registravam um clima excessivamente quente e seco. O reflexo dos danos às lavouras norte-americanas logo se fez sentir, aquecendo o mercado internacional, após um longo período de estagnação.

É bem verdade que também os preços internos dos demais produtos agrícolas, vistos sob a ótica da formação das intenções de plantio, são bastante favoráveis. Isto é, as perdas com as chuvas no Sul e com o quinto ano consecutivo de seca no Nordeste, vêm mantendo os preços de milho, arroz, feijão e outros em acelerado ritmo de crescimento.

Esses produtos poderiam competir por áreas com a soja (o milho poderá fazê-lo) no entanto, normalmente, sofrem de maior instabilidade de preços na comercialização além de, por serem produtos destinados basicamente ao mercado interno, apresentarem maior suscetibilidade a uma retração de demanda por força do achatamento salarial e da redução do nível de emprego na economia.

O complexo soja, ao contrário, na safra 1983/84, contará também com o estímulo originário do exterior, devido à redução da oferta mundial do grão e, em conseqüência de seus derivados, bem como de óleos vegetais em geral.

Isso significa que se delineia um quadro geral favorável para a soja no que diz respeito à próxima safra. Efetivamente, a formação das intenções de plantio começa com os resultados da última safra. A produção de 1982/83, após um excelente desenvolvimento durante todo o verão, enfrentou chuvas torrenciais na colheita, que fizeram com que a produção total do país, estimada pelo IBGE, em abril, em 16,1 milhões de t se reduzisse para 14,6 milhões de t, sendo que só o Rio Grande do Sul teria perdido 900 mil t. Nesse estado, a produção de sementes foi bastante afetada, o que se constituirá numa limitação ao plantio em 1983/84.

A receita auferida pelos sojicultores, em 1983, por seu turno, não foi de todo insatisfatória, já que a produtividade e os preços podem ser considerados também razoáveis. A produtividade média brasileira, atingiu, segundo o IBGE, 1.789 kg/ha, a mais elevada dos últimos seis anos. Mesmo o Rio Grande do Sul, onde ocorreram as maiores perdas, registrou 1.548 kg/ha, número bem próximo dos melhores rendimentos já alcançados naquele estado. As lavouras de Santa Catarina, obtiveram o pior resultado – apenas 1.128 kg/ha.

É importante ressaltar, entretanto, que os da-

dos de rendimento médio não dizem tudo. Como os prejuízos foram uma conseqüência da impossibilidade de colher o produto, possivelmente perderam mais aqueles que não dispõem de máquinas, produtores de menor porte que alugam colheitadeiras depois de seus donos as terem utilizado.

Os preços médios, em nível de produtores, na atual comercialização, por sua vez, giraram ao redor dos Cr$ 5.000/saca de 60 kg, o que, comparado com o custo de Cr$ 3.300/saca, apontado pela Fecotrigo, representa um retorno da ordem de 52%.

Nesse sentido, quem plantou e conseguiu colher soja e, mais ainda, pôde espaçar a comercialização de seu produto, de modo a se beneficiar das altas de preços, a partir de julho, obteve ótimos ganhos.

De agosto em diante, os produtores reiniciaram a sua movimentação, tendo em vista o plantio da próxima safra de verão.

Este ano, à semelhança de 1980, vem ocorrendo uma prolongada seca nas regiões produtoras norte-americanas conforme referido anteriormente. Em conseqüência disso, as cotações em Chicago iniciaram um acentuado movimento altista, depois de dois anos de preços comprimidos e apenas uma ligeira alta na safra passada, em razão da redução do plantio da soja, como reflexo do Programa de Pagamento em Produto *(PIK)* apesar da não-participação direta da soja no Programa (ver Quadros 15 e 16).

QUADRO 16 – SOJA EM GRÃO – COTAÇÕES MÉDIAS SEMANAIS NA BOLSA DE CHICAGO JULHO E AGOSTO DE 1983 – US$/BUSHEL

JULHO		AGOSTO	
Semana	Cotação	Semana	Cotação
De 4 a 8	621,19	De 1 a 5	755,85
De 11 a 15	641,50	De 8 a 12	800,50
De 18 a 22	688,55	De 15 a 19	869,63
De 25 a 29	700,95	De 22 a 26	885,40

FONTE – Unicom News.

QUADRO 15 – SOJA EM GRÃO – COTAÇÕES MÉDIAS MENSAIS NA BOLSA DE CHICAGO 1981 A 1983 – US$/BUSHEL

MÊS	1981	1982	1983
Janeiro	747,90	632,78	585,38
Fevereiro	731,25	623,64	591,76
Março	735,22	614,99	593,86
Abril	773,11	650,24	638,11
Maio	752,58	656,70	626,81
Junho	709,46	626,64	607,72
Julho	728,63	619,09	663,61
Agosto	694,78	598,80	832,74
Setembro	649,60	590,46	
Outubro	630,40	589,36	
Novembro	630,63	567,58	
Dezembro	623,02	567,34	

FONTE – Unicom News.

Preços que superam os US$ 8,50/*bushel*, quando, há um ano atrás, situavam-se abaixo dos US$ 6, estão ofuscando, como não poderia deixar de ser, todas as demais ponderações que influem na decisão de plantio do produtor.

Desse modo, apesar de o VBC do milho, concorrente da soja em área nos últimos anos, ter sido reajustado em 145% enquanto o da soja o foi em média em 130%, ao mesmo tempo em que a oleaginosa recebeu um acréscimo de preço básico substancialmente inferior ao do arroz, algodão e milho, é pouco provável que a área da soja apresente redução.

Sem dúvida, os instrumentos de política agrícola assumem maior importância quando os preços se encontram deprimidos. Neste caso, o estímulo através de um VBC mais elevado ou de um preço mínimo remunerador para uma cultura concorrente pode ser fator de redução da área de plantio. Contudo, diante da atual perspectiva de preços no mercado externo, que permite projetar uma média de Cr$ 25.000/saca de 60 kg de soja em maio de 1984, é fácil supor que o pregão da Bolsa de Chicago atrairá mais a atenção do que os sinalizadores internos.

Isto porque, esse valor é quatro vezes maior do que o preço recebido este ano e praticamente o do-

bro do custo total de produção, segundo a Fecotrigo.

O problema central, no momento, é saber se os atuais níveis de preços se sustentam. A safra de soja dos EUA foi estimada pelo USDA em 41,8 milhões de t, 20,2 milhões de t menor do que a de 1982. Esse número está baseado na avaliação de 1º de setembro e é 8,4 milhões de t menor do que o estimado a 1º de agosto pois, durante esse mês, a situação das lavouras se agravou com a insuficiência de chuvas atingindo as plantas numa fase crítica de seu desenvolvimento, a floração.

Passados os meses de maior nervosismo em Chicago (julho e agosto), as cotações poderão mostrar algum refluxo. É certo, contudo, que venham a se estabilizar bem acima dos US$ 5,57/*bushel* da atual safra e provavelmente num patamar superior aos US$ 6,50/*bushel* projetados pelo USDA, em julho, como preço médio para 1983/84.

Vale lembrar, ainda, que o nível de preços ao qual será comercializada a próxima safra não depende só do volume da produção norte-americana. São determinantes, também, os estoques mundiais em primeiro de setembro último, e a evolução da demanda por soja e seus derivados. O ano comercial internacional recém iniciou-se, segundo o USDA, com um volume elevado de estoques — 19,5 milhões de t de grão — e uma projeção de crescimento da demanda de apenas 1%, ambos atuando como freio às cotações.

A médio prazo, o eventual enfraquecimento do dólar norte-americano frente às demais moedas fortes e a retomada do crescimento econômico nos países europeus poderiam gerar um incremento substancial na demanda por farelos proteínicos. Mais adiante, o declínio de 8% previsto para a produção de oleaginosas, em geral, poderia reduzir os estoques em setembro de 1984 a 7,8% do consumo. Trata-se da menor relação deste 1972/73, ano em que ocorreram drásticas elevações nos preços dos cereais e dos grãos comestíveis. Ainda a título de comparação, esta relação se situa em 14% este ano e era de 12% um ano atrás.

Todos esses fatores, analisados conjuntamente, parecem sugerir que a elevação recente dos preços da soja não deverá ser vista como essencialmente conjuntural.

É importante ressaltar que os problemas que hoje se configuram na produção das várias oleaginosas afetarão mais a oferta de óleos do que a de farelos. O declínio da produção dos óleos de coco e dendê, nas Filipinas e na Malaísia, representará uma firmeza maior dos preços desse grupo do que dos preços dos farelos. Até porque, os farelos, em seu conjunto, são mais facilmente substituíveis entre si, além de contarem com a possibilidade de sua substituição por outros produtos alimentícios. Mais ainda, o consumo de farelos depende da rentabilidade do setor de carnes, que não vem apresentando uma boa evolução, em especial na Europa Ocidental.

Este fato faz com que sua demanda sofra oscilações mais bruscas do que a dos óleos, segmento detentor de pequenas mas firmes taxas de crescimento anuais. Isto porque a demanda deste último mercado apresenta uma elasticidade-preço menor do que a do grupo de farelos.

Em relação ao Brasil e aos setores ligados ao complexo soja, no país, trata-se de tirar partido dessa conjuntura externa favorável, depois de um largo período de margens de esmagamento industriais e de preços de exportação declinantes.

Até agora, procurou-se especular em que conjunturas interna e externa se formariam as intenções de plantio da próxima safra de verão. Apesar do balanço bastante positivo para a soja, evidentemente esta cultura não se constitui numa ilha de tranqüilidade no mar revolto da economia e da agricultura brasileiras. Com efeito, os custos de produção tiveram aumentos consideráveis. A Fecotrigo reivindicava para a safra 1983/84 um VBC da ordem de Cr$ 126 mil, 152% maior do que o pedido há um ano. No entanto, esse valor foi reajustado em 129%, na faixa de produtividade de 1.251 a 1.500 kg/ha, ao mesmo tempo em que a parcela do custeio atendida pelo VBC, no caso dos médios produtores, segundo o estudo elaborado por aquela Federação, teria caído de 40% na safra 1982/83 para 38% em 1983/84, como conseqüência da redução do percentual financiado a juros subsidiados.

Mesmo sabendo que se projetam bons preços na próxima safra, a principal preocupação dos produtores, no momento, é conseguir recursos para a formação de suas lavouras. O endividamento junto aos bancos passa a ser cada vez mais necessário, na medida em que se movimentam grandes volumes de recursos. Isto ocorre num momento em que, pela primeira vez, o produtor não sabe antecipadamente qual a taxa de juros a pagar pelo empréstimo que vier a tomar.

É razoável supor que os agricultores tentarão comprimir ao máximo suas despesas nas lavouras, coerentes com a Circular 706, do Banco Central, que desobriga a utilização dos chamados insumos modernos e, talvez, premidos pela falta de recursos que poderá ocorrer, se forem mantidos os limites de expansão do crédito agrícola em relação ao ano anterior — 95% no conjunto dos bancos comerciais e Banco do Brasil e, apenas 85%, no caso específico do Banco do Brasil.

Diante dessas restrições, fala-se numa redução na produtividade média das lavouras. Essa é uma questão extremamente controversa. Na verdade, os efeitos da Circular 706 passarão a ser conhecidos a partir de 1984, principalmente no caso das sementes. Isto porque, apesar da não obrigatoriedade do uso de insumos modernos estar em vigor desde 1983, naquele ano os produtores ainda não teriam tido tempo de guardar grãos para sua utilização como semente, o que foi possível a partir da útima safra. Esse fato desestimulou a produção de sementes fiscalizadas para o plantio, em 1983/84. As chuvas de maio, por sua vez, encarregaram-se de reduzir ainda mais a oferta desse insumo, principalmente das variedades de ciclo médio e tardio.

Em contrapartida, a mesma Circular 706, que provocou a redução na oferta, ocasionará um aumento na disponibilidade de sementes próprias em todas as regiões produtoras, o que pode, de certa forma, contrabalançar as acentuadas perdas da produção de semente fiscalizada no Rio Grande do Sul. Até o momento, não há avaliação da disponibilidade total deste insumo, nos diversos estados. Para reduzir o déficit, no entanto, passou-se a aceitar grãos de teor germinativo abaixo de 90% e, mesmo assim, seus preços estão bastante elevados.

Uma saca de semente está valendo algo em torno de Cr$ 25.000/50 kg enquanto, há um ano atrás, poderia ser adquirida por Cr$ 4 mil. Esse preço elevado é, sem dúvida, conseqüência da redução da oferta, mas é necessário considerar que as boas perspectivas delineadas para a próxima safra de soja causaram uma intensificação da procura.

Em termos de área a ser plantada com soja, dependendo, é claro, da disponibilidade de sementes, há uma tendência de acréscimos em detrimento do milho, do algodão e do arroz. A razão principal são os preços previstos para a comercialização da próxima safra, conforme exposto anteriormente. Por esse motivo, é possível que a soja reconquiste espaços perdidos para o milho, no Sul, nas últimas safras, quando sua rentabilidade esteve comprimida. Além disso, a escassez de sementes de algodão no Paraná provocará um retração do seu cultivo.

No caso do aumento de área nos estados centrais, um estímulo adicional são as elevadas produtividades médias alcançadas em 1983. No Mato Grosso, atingiu-se os 2.060 kg/ha contra 1.881 kg em 1982. Em Mato Grosso do Sul, o rendimento médio foi de 1.986 kg/ha, 9% maior do que o obtido na última safra.

Cabe ressaltar, ainda, que esses números são superiores à média do país nos mesmos anos (1.784 e 1.565 kg/ha em 1983 e 1982, respectivamente) o que provavelmente compensa a distância entre essas áreas produtoras e os centros de processamento (São Paulo, em especial).

Por tudo isso, é possível formular a hipótese de um ligeiro crescimento da área total plantada com soja. Se for possível uma expansão da ordem de 1% em relação à 1982/83, a área de soja superará ligeiramente os 8,6 milhões de hectares. Quanto à produtividade média a ser alcançada na próxima safra, poderá haver um decréscimo em relação ao resultado de 1983 quando, apesar das quebras, foram atingidos 1.784 kg/ha. Isto porque, a intensificação do uso de sementes próprias, ou de sementes fiscalizadas com um menor poder germinativo, possivelmen-

te afetará de forma negativa os rendimentos físicos por hectare. Se a título de projeção considerar-se esses rendimentos em torno dos 1.750 kg, poder-se-á obter uma produção de 15 milhões de t, no mesmo patamar da maior safra já colhida no país, 15,2 milhões de t, em 1980.

Uma safra dessa magnitude poderia render ao país, em 1984, US$ 2,9 bilhões, conforme indicado no Quadro 17. A elaboração dessa estimativa levou em conta a exportação de 1 milhão de t de grãos e uma reserva para sementes igualmente de 1 milhão de t. A partir daí, considerou-se que a moagem de 13 milhões de t de soja geraria excedentes exportáveis de farelo e óleo de ordem de 7,8 milhões de t e 800 mil t, respectivamente. Para a elaboração do cálculo, foram utilizados os preços médios que o Departamento de Agricultura norte-americano está projetando para a safra 1983/84.

Trata-se, é claro, de uma projeção inicial, pois, só quando for conhecida a verdadeira dimensão da quebra da safra dos EUA, é que se terá uma idéia mais concreta do patamar de preços do complexo soja nos próximos doze meses.

Para o Brasil, configura-se uma situação bastante favorável, no plano externo. Resta saber o que isso significa, em termos de preço, para o consumidor doméstico.

QUADRO 17 – BRASIL – COMPLEXO SOJA – PROJEÇÃO DA RECEITA DE EXPORTAÇÕES NO PERÍODO 1984/85

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE EXPORTÁVEL (1000 t)	PREÇO MÉDIO (US$/t)	VALOR US$ Milhão)
Grão	1.000	330	330
Farelo	7.800	264	2.059
Óleo	800	683	546
TOTAL	–	–	2.935

Fonte dos dados brutos – USDA

PANORAMA AGROPECUÁRIO

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês anterior ao da capa da revista)

1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Comportamento dos Futuros
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros	Tendência	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	6,80	10,14	10,12	9,92	S: 10,74 · O: 11,27 · J: 11,90 · M: 12,46 · M: 12,74 · J: 12,96		– *Gill and Duffus* prevê um déficit de 2,1 milhões de t para a safra 1983/84. – Verificados problemas de qualidade na safra européia de beterraba.
ALGODÃO 1-1/16" M-Memphis MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	60,69	73,22	73,09	73,77	O: 79,67 · D: 80,61 · M: 81,54 · M: 81,85 · J: 81,92		– A redução esperada na safra dos EUA é de cerca de 40%. – O consumo deverá continuar aumentando, dada a recuperação da economia norte-americana.
CACAU BAHIA MERC.–N.Y. US$/tonelada Fonte: Unicom	1388,14	2162,57	2078,20	2079,20	S: 2162,57 · D: 2212,00 · M: 2223,39 · M: 2230,87 · J: 2061,22		– Rumores de que a safra africana apresentará resultados melhores do que o esperado anteriormente deprimem perigosamente as cotações.
CAFÉ CONTRATO C MER.–N.Y. US d/lb-peso Fonte: Unicom	131,14	123,91	130,74	130,64	S: 123,91 · D: 128,31 · M: 121,05 · M: 119,62 · J: 122,38		– O período de maior risco de geadas no Brasil aproxima-se de seu final. As atenções se dirigem para as negociações da OIC, em setembro.

NOTA: Spot de Cacau e Café suspenso. As posições da Última Semana, Última Quinzena e do Mês Anterior referem-se a futuro 1ª entrega.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	Tendência	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	246,75	367,12	367,55	366,15		352,87			355,62			363,80		367,86		366,50	➘	Estiagem nas plantações norte-americanas provocará redução na oferta do cereal.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	598,80	835,68	884,15	902,50	824,27	842,96		866,91		878,08		886,57		886,34		880,15	➘	Mercado extremamente sensível em relação ao clima nos EUA, à espera de uma melhor definição da safra daquele país.
SOJA FARELO MERC.–CHIC. US$/tonelada Fonte: Unicom	168,12	235,42	239,05	239,90	233,34	236,63	237,80		240,73	241,33		242,94		242,29		232,08	➘	– *Redução do consumo na* CEE. – Aumento das compras soviéticas.
TRIGO SOFT RED MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	334,08	372,82	375,65	374,55		384,52			404,13			414,80		415,74		384,71	➘	O mercado prossegue competitivo e a URSS teria adquirido trigo à França, para o equilíbrio de seu abastecimento.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês anterior ao da capa da revista)

1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição ✱ 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	10911,00	20947,00	22314,00	23397,00	➧	Oferta reduzida mantém preços em alta, tendência que deverá manter-se em razão da não importação do produto.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	12205,00	15837,00	16000,00	16000,00	➧	– As importações contratadas até o momento são insuficientes para complementar a oferta interna.
CAFÉ Tipo 6 MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	40999,00	43159,00	45704,00	48276,00	➧	– Antecipação do reajuste do preço de garantia aumentou a esperança de que o suporte oficial venha a sofrer correções mensais. – A qualidade do café da nova safra (colheita em andamento) deixa muito a desejar.
BOI GORDO – MERC. – Pres. Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA-SP	9663,00	11587,00	12200,00	12600,00	➧	– Entressafra – menor fluxo de animais para abate. – São reduzidos os estoques de carne congelada e sua distribuição se processa de forma irregular.

✱ Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.

NOTA: Cotações de Algodão correspondem a 1º Futuro.

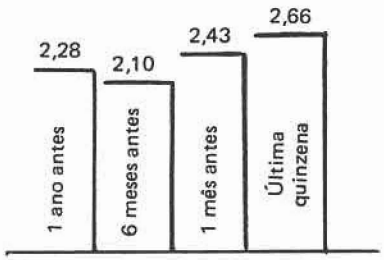
As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição * 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Carioquinha Especial MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	13783,00	23326,00	26000,00	27800,00	➡	– Safra da seca reduzida a 819 mil t, segundo a FIBGE. – Quebra da safra de inverno, em São Paulo.
FRANGO Vivo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	290,83	318,00	306,00	300,00	➡	Dificuldades de comercialização da carne de frangos devido à perda do poder aquisitivo da população.
MILHO Amarelo Semiduro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	2925,00	4667,00	4820,00	4980,00	➡	– Perdas da safra após as enchentes. – Baixos estoques governamentais sendo colocados no mercado.
SOJA - GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	5149,00	12459,00	14975,00	15750,00	➡	Preços internos à espera de nova definição da tendência das cotações externas.

* Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.

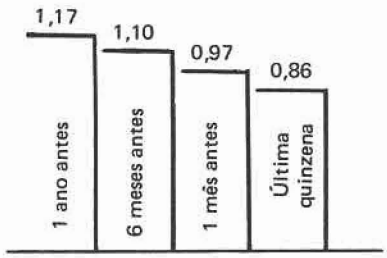
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

Boi Gordo
Frango Vivo



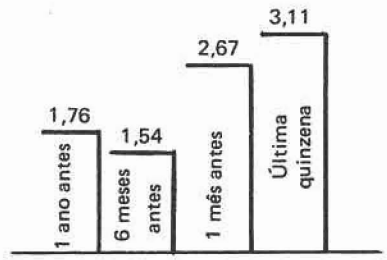
O preço relativo boi gordo/frango vivo tem apresentado constantes elevações, como resultado da redução da oferta de bois terminados, na entressafra. Além disso, o aumento das exportações de carne bovina, este ano, está-se refletindo numa maior firmeza de seus preços, comparados com os da carne de frango, cuja previsão de exportação em 1983 é igual à de 1982.

Frango Vivo
Ração Ave Corte



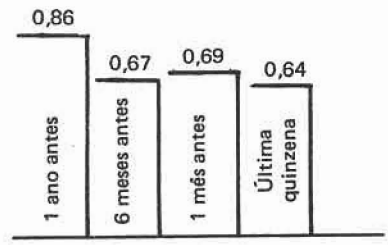
A substancial elevação do preço da ração, em decorrência do crescimento dos preços do milho e do farelo de soja tem feito decrescer o preço relativo frango/ração. Simultaneamente, a fraqueza da demanda interna por carnes faz com que os preços do frango evoluam mais lentamente do que os dos insumos para sua fabricação e os da carne bovina, a que a carne avícola substitui.

Soja
Milho



Apesar de a quebra das safras de verão ter atingido mais duramente o milho do que a soja, a elevação dos preços da oleaginosa no mercado externo provocou um crescimento muito acelerado dos preços no mercado interno e, conseqüentemente, da relação soja/milho. Enquanto as cotações desse último cresciam em São Paulo 20% nos últimos seis meses, as da soja pularam de um patamar de Cr$ 3.200,00/sc, em fevereiro, para aproximadamente Cr$ 15.000,00/sc em agosto, com uma valorização da ordem de 370%.

Feijão Preto
Feijão Carioquinha

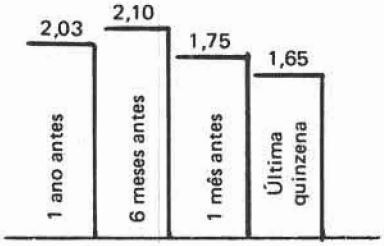


Os dois produtos foram afetados pela quebra das safras das águas e da seca. A redução do preço relativo feijão preto/feijão carioquinha, comparado com agosto de 1982, deve-se a um aumento mais acelerado dos preços deste último. Isto vem ocorrendo em função da maior presença do feijão carioquinha na safra da seca, também frustrada pelo clima, assim como, na safra de inverno, em São Paulo igualmente prejudicada por adversidades climáticas.

FONTES: Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA. Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

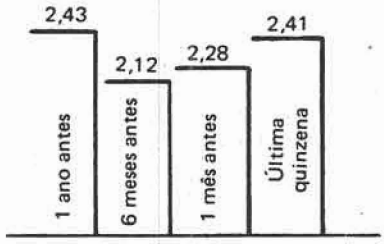
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

Algodão / Soja



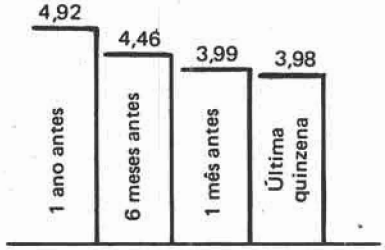
Os preços dos dois produtos vêm-se elevando, como conseqüência da seca nas regiões produtoras norte-americanas. A cotação da soja, no entanto, tem crescido de forma bem mais acentuada, causando quedas sucessivas nesta relação de preços. Com efeito, enquanto as cotações do algodão permaneceram praticamente estáveis na última quinzena de agosto, em relação à média do mês, os preços da soja se elevaram 6%. No caso do algodão, os efeitos altistas da redução de safra nos EUA e da retomada da demanda naquele país foram, em parte, contidos pela disponibilidade de elevados estoques. Quanto à soja, a persistência da seca durante os críticos períodos de floração e enchimento de vagens provocou a ascensão ininterrupta dos preços durante todo o mês de agosto.

Soja / Milho



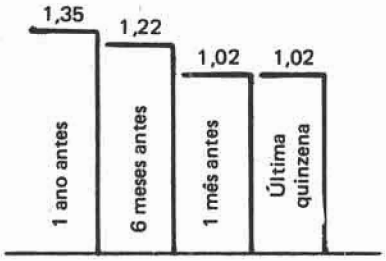
Da mesma forma, o preço relativo soja/milho apresentou uma elevação, em razão de um aumento mais expressivo nas cotações da soja do que nas do cereal. Isto porque, em função do ciclo natural da planta, a escassez de chuvas no *"Corn Belt"* foi mais prejudicial ao milho durante o mês de julho. Assim, a maior parte dos prejuízos já seria conhecida pelo mercado, quantificados no balanço de oferta e demanda do USDA, em agosto.

Algodão / Milho



Tanto as cotações do algodão quanto as do milho permaneceram praticamente estáveis na última quinzena, em relação à média mensal, em função de fatores já expostos anteriormente. Houve, entretanto, um decréscimo substancial nos preços relativos, quando comparados com seis meses e um ano atrás. Em agosto de 1982, a perspectiva de produção de 211 milhões de t de milho mantinha o preço do cereal bastante deprimido e a relação de preços algodão/milho situava-se próxima de 5. De lá para cá, as cotações do cereal apresentaram sensível recuperação, em especial depois do anúncio do *PIK*, da divulgação dos dados referentes à redução da área de plantio em março e, finalmente, dos problemas climáticos de julho e agosto.

Trigo / Milho



À semelhança do item anterior, o preço relativo trigo/milho vem sofrendo decréscimos, em função de um maior crescimento das cotações do milho do que do trigo, nos últimos meses. O primeiro cresceu 32% entre fevereiro e agosto deste ano, enquanto o segundo elevou-se apenas 9% no mesmo período. A valorização do trigo ocorreu basicamente pelo anúncio da redução da área de plantio em conseqüência do *PIK*, enquanto o milho está sofrendo os efeitos da estiagem durante o verão nos EUA.

FONTES – Algodão: Unicom e Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Unicom e Commodity Year Book.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052
Tel.: 551-1542
CEP 22.250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões. Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Renato Correia Paes.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Sebastião Marcos Vital

Divisão de Estatística e Conometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib